

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE DIREITO

MARCOS AURÉLIO LUIZ DUARTE

**A CRIMINALIDADE DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL:
ANÁLISE DOS DADOS SOBRE ATOS INFRACIONAIS DO MUNICÍPIO DE
CRICIÚMA E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR**

CRICIÚMA

2015

MARCOS AURÉLIO LUIZ DUARTE

**A CRIMINALIDADE DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL:
ANÁLISE DOS DADOS SOBRE ATOS INFRACIONAIS DO MUNICÍPIO DE
CRICIÚMA E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR**

Monografia de Conclusão de Curso,
apresentada para obtenção do Grau de
Bacharel, no Curso de Direito da Universidade
do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof.^a. Msc. Mônica Ovinski de
Camargo Cortina.

CRICIÚMA

2015

MARCOS AURÉLIO LUIZ DUARTE

**A CRIMINALIDADE DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL:
ANÁLISE DOS DADOS SOBRE ATOS INFRACIONAIS DO MUNICÍPIO DE
CRICIÚMA E A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR**

Monografia de Conclusão de Curso aprovada
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 02 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Mônica Ovinski de Camargo Cortina - Mestre - (UNESC) - Orientadora

Prof. Valter Cimolin - Mestre - (UNESC)

Prof.^a. Fernanda da Silva Lima - Mestre - (UNESC)

**À Camila Marcello João, minha esposa,
pessoa com quem amo partilhar a vida. Com
você tenho me sentido mais vivo de
verdade. Obrigado pelo carinho, a paciência
e por sua capacidade de me trazer paz na
correria de cada semestre.**

AGRADECIMENTOS

À Deus, que se mostrou criador, que foi criativo. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Aos meus pais, irmãos, e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À professora Monica Ovinski de Camargo Cortina pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“É o modo como às pessoas consideram o roubo da maçã que faz da criança o que ela é.”

Edgar Masters

RESUMO

O trabalho apresentado aborda a atuação do policial militar de Santa Catarina frente aos atos infracionais cometidos por adolescentes, apresentando a prática do procedimento legal do policial diante dessas ocorrências, frente à Lei 8.069/90 – O Estatuto da Criança e do Adolescente e a POP 304.33, bem como a leitura dos dados referentes as ocorrências envolvendo adolescentes como autores de atos infracionais no município de Criciúma/SC. O trabalho tem como foco, demonstrar a pouca influencia dos adolescentes autores de atos infracionais sobre o numero total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar no município de Criciúma. A Constituição da República Federativa do Brasil imputou às polícias militares a ampla missão de exercer a atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. A Carta Magna também assegura que as crianças e os adolescentes devem ter proteção integral e especial com absoluta prioridade, em especial no que tange aos seus direitos e deveres, pois são considerados seres humanos em desenvolvimento e formação. Dentre esses aspectos, a Polícia Militar, pela natureza de sua função, por diversas vezes depara-se com situações em que existe a prática do ato infracional cometido pelo adolescente. Neste momento então é que o policial militar deve estar ciente de que, por mais que estejam cometendo atos infracionais, são sujeitos de direitos, com normas em legislação especial, de forma que não podem ser tratados como se adultos fossem. O método empregado foi o dedutivo, em pesquisa teórica, qualitativa, com etapa quantitativa. O presente trabalho inclui a coleta e análise de dados obtidos junto à Polícia Militar de Criciúma /SC sobre as ocorrências envolvendo adolescentes, e de forma mais clara e objetiva, normas gerais de direitos na atuação do policial militar, quando a criança ou o adolescente encontrarem-se como autores de ato infracional.

Palavras-chave: Adolescente. Ato infracional. Polícia militar.

ABSTRACT

This present work approaches the actions of the military police officer of Santa Catarina in the cases of the infractions committed by adolescents, presenting the practice of the legal proceeding of the police officer in such events, concerning the Law n. 8069/90 – the Statute of the Child and the Adolescent, and the POP 304,33, as well as the analysis of the data on occurrences involving adolescents as infractions' agents in the city of Criciúma-SC. The work focuses on demonstrating the little influence of adolescents who have committed crimes on the total number of occurrences served by the Military Police in the municipality of Criciuma. The Brazilian Federal Constitution imputed to the military police the wide mission of practice the ostensible police activity and also the preservation of the public order. The national constitution also ensures that the child and the adolescents must have full and special protection with absolute priority, in special with regard to their rights and duties, because they are considered human beings in developments and formation. Within these aspects, the military police, by the nature of its function, face with situations which exists the practice of infractions by the adolescent. Therefore, in this moment, the military police officer should know that, however they are committing infractions, they are subjects of rights, with special legislation's rules, and so they cannot be treated as an adult. This monograph was developed by using the deductive method, with theoretical and qualitative researches, with quantitative stage, with bibliographic material and legal documentation. The present work includes the collect and analysis of the data obtained with the Military Police of Criciúma-SC about the occurrences involving adolescents and the general rules on the action of the military police officer when the child or the adolescent are the infractions' agents.

Keywords: Adolescent. Infraction. Military Police.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BI	<i>Business Intelligence</i>
CASEP	Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMAPE	Estação Multitarefa de Atendimento Policial e Emergências
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
POP	Procedimentos Operacionais Padrão
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	12
2.1 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	13
2.2 ATO INFRACIONAL E ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS	17
2.3 AS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS E SUA FORMA DE APLICAÇÃO	23
3 A DIMENSÃO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA MILITAR NO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA COM ADOLESCENTES POSSÍVEIS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS	30
3.1 A POLÍCIA E A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DE SEGURANÇA.....	32
3.2 PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NO CICLO DA SEGURANÇA PÚBLICA	35
3.3 ATUAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM OCORRÊNCIAS COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS ENVOLVIDOS.....	37
4 A ANÁLISE DA PRÁTICA DOS ATOS INFRACIONAIS EM CRICIÚMA/SC: ESTUDO DO PERFIL DAS INFRAÇÕES NO CONTEXTO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	46
4.1 OS DADOS DA PRÁTICA DOS ATOS INFRACIONAIS, EM ÂMBITO NACIONAL	46
4.2 OS DADOS RELATIVOS ÀS OCORRÊNCIAS DE PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS EM CRICIÚMA/SC, NO ANO DE 2014, E SUA ANÁLISE	50
4.3 POLÍCIA MILITAR E O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS ADOLESCENTES.....	59
4.4 OS REFLEXOS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO MUNÍCIPIO DE CRICIÚMA/SC.....	61
5 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, e em boa parte do mundo se discute a criminalidade e a prática de atos infracionais por adolescentes. Tal debate é inflamado em virtude de diversos casos exibidos na mídia uma grande discussão em relação à criminalização de adolescentes especialmente. A legislação brasileira para dirimir quem pode ou não discernir entre a conduta delitiva ou sua renúncia, adota o critério biológico para determinar quem são as crianças, os adolescentes e os adultos. Para cumprir a lei, as instituições estatais devem estar preparadas para atender as ocorrências que envolvem atos infracionais e adolescentes.

O objetivo dessa pesquisa é examinar a atuação da Polícia Militar para o atendimento de ocorrências envolvendo adolescentes autores de possíveis atos infracionais, com enfoque no Estado de Santa Catarina. Para tanto, examinar-se-á os dados de ocorrências atendidas pela Polícia Militar que envolvem a suspeita de atos infracionais, praticados no município de Criciúma/SC.

Para cumprir com o objetivo proposto, a presente monografia se divide em três partes. Na primeira estudar-se-á o direito da criança e adolescente, com base no Estatuto da Criança e Adolescente e ênfase no processo de aplicação das medidas sócio educativas. No segundo capítulo abordar-se-á a atividade policial militar, tanto em sua posição no ciclo de segurança pública, quanto no atendimento de ocorrências envolvendo adolescentes possíveis autores de atos infracionais. E por fim, no terceiro capítulo analisar-se-á os dados da pesquisa realizada junto a Polícia Militar de Criciúma, relativos às ocorrências envolvendo adolescentes como possíveis autores de atos infracionais.

A relevância social da pesquisa é compreender os direitos relativos aos adolescentes, previstos na legislação brasileira e, a partir disso, refletir sobre o papel e a atuação da Polícia Militar no atendimento de ocorrências envolvendo adolescentes que envolvidos na prática de atos infracionais. Diante da realidade midiática que dimensiona os atos infracionais violentos como crescentes, trazer à lume dados estatísticos e examiná-los é tarefa de grande importância para se conhecer e melhorar a realidade vivida.

O método de pesquisa utilizado será o dedutivo, com pesquisa teórica e quantitativa e com etapa quantitativa, a partir da coleta de dados em software, EMAPE e B.I, manuseado junto ao 9º Batalhão de Polícia Militar de Criciúma,

referente a dados de 2014. A metodologia específica de coleta de dados será melhor explicitada no terceiro capítulo.

2 O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em um primeiro momento da história recente no Brasil, as crianças e os adolescentes detinham apenas determinadas as medidas socioeducativas chamadas a época de medidas de assistência, como se pode observar no primeiro Código de Menores, de 1927 (BRASIL, 2015b): “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”.

Historicamente mulheres, negros e crianças sofreram e ainda sofrem com a exclusão social, o que afeta o reconhecimento e efetividade de direitos. Isso ocorre no Brasil, como ensina Paulo Sergio Pinheiro (1997, p. 43): “O Brasil, a exemplo de outros países latino-americanos, é uma sociedade que se baseia na exclusão, uma democracia sem cidadania”.

Neste mesmo sentido são os ensinamentos de Lima e Veronese (2015, p.164):

A historiografia sociojurídica da infância e adolescência revela que esses grupos vulneráveis sempre foram alvos de toda forma de negligência, violência e opressão. Ao normatizar as relações sociais, as leis menoristas serviram para escamotear verdadeiras crueldades nos tratamentos dispensados à infância e à adolescência, em que o ser adulto sempre foi, nessa relação, aquele que tudo podia e a voz da autoridade.

Entretanto o atual Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.8069/90 (BRASIL, 2015c) visando criar uma proteção maior a criança e ao adolescente, já evoca um entendimento mais aproximado da leitura constitucional e de direitos humanos, à medida que estabelece a ordem de direitos das crianças e adolescentes e atrela o Estado, a família e a sociedade o dever de priorizar em absoluto tais direitos e efetiva-los.

São diversas as fontes de direitos asseguradas às crianças e adolescentes. Desde os anos 80, a Organização das Nações Unidas produz sobre a matéria declarações, tratados e convenções de grande importância. Destes, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração dos Direitos da Criança, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, as Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores, a Convenção sobre os

Direitos da Criança, as Diretrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil e as Regras de Proteção dos Menores Privados de Liberdade.

Além dessas, a própria Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, partindo do princípio da proteção integral o que se pode perceber, é que se apenas sua aplicação acontece-se nos moldes do SINASE, elas são as legislações vigentes para reintegrar estes adolescentes e assim conseguir compelir o retorno destes a nova prática de ato infracional.

2.1 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Quando se fala em direitos da criança e do adolescente, logo é possível lembrar da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2015c), entretanto existem diversas outras fontes de direito material e processual aplicáveis a proteção da criança e do adolescente, que nasceram junto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, como explicam Rossato, Léopore e Cunha (2010, p.58):

Encerradas a primeira e a Segunda Guerras Mundiais, embalada pela declaração dos Direitos do Homem, e pautada em seus princípios, a Assembléia Geral da ONU aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, constituindo esse documento verdadeiro divisor de águas, pois a criança passou a ser vista como sujeito de direitos, abandonando-se o conceito de que era objeto de proteção.

E neste mesmo sentido ensina Mário Luiz Ramidoff (2008, p. 69):

Pois, a inserção da lei 8.069, de 13.07.1990, de direitos e garantias fundamentais (v.g., os individuais e os processuais), é decorrência da adoção da diretriz internacional da Doutrina da Proteção Integral, enquanto vertente dos Direitos Humanos, especificamente para as crianças, as quais na seara internacional, são consideradas todas as pessoas com idade inferior a dezoito (18) anos. [...] E isto é decorrência, na seara internacional, dos diversos tratados (Declarações e Convenções) sobre os Direitos da Criança, e não diversamente, oriundos de um pretensão Direito Penal Internacional, inclusive, diga-se de passagem, de duvidosa aceitabilidade, segundo os princípios da universalidade e da internacionalidade.

Ainda falando nas origens, Alexandre Moraes da Rosa (2007, p.7) é claro ao afirmar que ainda que se tenha editado o ECA, muitas das normas aplicáveis não

se encontram nele contidas, mas apenas indicadas. Posto que as normas que regulam o Direito da Criança e do Adolescente advêm de diversas fontes, é preciso conhecer sua amplitude, como nos dizeres de Rossato, Lépure e Cunha (2010, p.81), onde sob o aspecto objetivo, o Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser compreendido como uma relação jurídica entre crianças e adolescentes de um lado, enquanto do outro existirá sempre a família o estado e a sociedade.

E ainda, corrigir alguns termos incorretos utilizados de modo pejorativo segundo a doutrina. Neste sentido ensinam Rossato, Lépure e Cunha (2010, p.19):

Apesar de adotado pelo Código Civil e Código Penal, e ser largamente utilizado pela doutrina, o termo 'menor' é considerado pejorativo, pois remete ao antigo Código de Menores, que tratava crianças e adolescentes como pessoas em situação irregular, e as fazia carregar o estigma de marginalização, delinquência e abandono, o que não coaduna com os novos paradigmas invocados e trabalhados pelo Estatuto, que prima pela proteção constante e integral das pessoas em desenvolvimento.

O autor especifica os termos corretos ao se referir à temática, os quais devem ser utilizados quando do trato para com estas pessoas “o melhor é optar pela utilização de outras expressões, tais como ‘criança’, ‘pessoas em desenvolvimento’, ‘infante’, ‘sujeito de direitos especiais’ etc.” (ROSSATO; LÉPURE; CUNHA, 2010, p. 20). Ainda nesta mesma linha de considerações “pela nova ordem estabelecida, não mais se concebe manchetes de jornal do tipo ‘menor assalta criança’, de manifesto conteúdo discriminatório, onde a ‘criança’ era o filho ‘bem-nascido’, e o ‘menor’, o infrator”. (SARAIVA, 1999, p.18).

Para todos os efeitos, a expressão adotada por este trabalho será a de referir-se aos envolvidos em ocorrências policiais deste porte, como adolescentes autores de atos infracionais, conforme a doutrina mais recente.

Neste viés, os direitos fundamentais que tutelam as crianças e os adolescentes no Brasil são concebidos na tríplice obrigação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 (BRASIL, 2015a), *in verbis*:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A respeito deste artigo da carta magna, Rossato, Lépore e Cunha (2010, p.76) explicam as funções e obrigações inerentes às figuras narradas em seu *caput*:

Em verdade o art. 227 representa o metaprincípio da prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, tendo como destinatários da norma a família, a sociedade e o Estado. Pretende, pois, que a família se responsabilize pela manutenção da integridade física e psíquica, a sociedade pela convivência coletiva harmônica, e o Estado pelo constante incentivo a criação de políticas públicas.

Neste mesmo sentido, a respeito do artigo em tela, João Batista Costa Saraiva (1999, p.18), explica que dele nasce a terceira escola de doutrinadores a cerca do direito da criança e do adolescente, “A Doutrina da Proteção Integral foi adotada pela Constituição Federal, que a consagra em seu art. 227, tendo sido acolhida pelo plenário do Congresso Constituinte pela extraordinária votação de 435 votos contra 8”.

Já Santos (2014, p.1) define o conceito de proteção integral da seguinte forma:

O conceito de proteção integral da legislação tem o óbvio sentido de proteção total, absoluta, sem limitações – e não parcial, relativa, limitada, se a lei não contém palavras inúteis, e as palavras têm algum significado –, o que basta para indicar a atitude generosa do legislador. [...] A política de *proteção integral* do Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu um sistema moderno de *instrumentos* e de *procedimentos* jurídico-administrativos para enfrentar o problema do comportamento anti-social da juventude, criando novas categorias jurídicas para expressar seus conceitos centrais: a lesão de bem jurídico proibida em lei sob ameaça de pena, chama-se *ato infracional* – e não crime; a reação oficial como consequência jurídica do ato infracional, chama-se *medida sócio-educativa* – e não pena; a privação de liberdade do adolescente por medida sócio educativa, chama-se *internação* – e não prisão, etc.

Todavia, não apenas de direitos trata a nova legislação voltada à proteção da criança e do adolescente, prevê também a aplicação de medidas de proteção e socioeducativas, entretanto esta aplicação não deve ser confundida com o Direito Penal propriamente dito, a este respeito, Alexandre Morais da Rosa (2007, p.5) assim escreveu:

Em face da edição da Convenção Internacional da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Direito Infracional ganhou sua autonomia. Não pode mais ser considerado um apêndice do Direito Penal, Do Direito de Família, ou mesmo abordado conjuntamente com as demais disposições do ECA, sob pena de se confundir os registros.

E quando explica o campo do ato infracional detalhados no ECA, explica que não se deve considerá-lo como um Direito Penal Juvenil:

No campo do ato infracional, por expressa referencia do art. 103, do ECA, aplicam-se as disposições do Código Penal na configuração da estrutura do ato infracional [...] sem que tal situação implique a existência de um Direito Penal Juvenil. (ROSA, 2007, p.8).

A este respeito, Ramidoff (2008, p. 64), explica que a implantação deste sistema penal juvenil seria para alguns a resposta esperada por todos para a solução do problema envolvendo a criança e o adolescente autor de ato infracional, entretanto explica, ainda, que não é assim que se deve encará-lo, ou seja, em suas palavras:

Uma resposta possível à crise secular do Direito Penal – que agora se quer Juvenil, antecipando-se, assim, todo um rastro de estigmatização destes novos atores sociais e sujeitos de direitos em que se constituem as crianças e os adolescentes – em face mesmo de seu retórico compromisso com a “*quotianeidade*” irracional e injusta do sistema, bem se pode operar, através da efetiva implantação da Doutrina da Proteção integral, enquanto ação de renovação paradigmática.

Ramidoff (2008, p. 64) esclarece ainda que existe a necessidade de desconstruir estes pensamentos dos operadores de direito, existe uma necessidade de educar essas pessoas para uma percepção de conscientização para uma vida mais humana e civilizada.

O autor conclui seu pensamento, alertando para os cuidados necessários ao cumprimento da teoria da proteção integral:

A doutrina da Proteção Integral é um deslocamento epistemológico, na teoria do conhecimento jurídico, que importa numa revolução do pensamento, em que se procura obter o maior numero de informações indispensáveis para o cuidado e atenção desse fenômeno social, cultural, histórico e humanitário que é a proteção da criança e dos adolescentes, os quais diuturnamente são expostos a uma gama variegada de processos de vitimização e de violência surgidos no próprio seio de suas famílias. (RAMIDOFF, 2008, p.65).

Assim é primordial reconstruir o pensamento do ser humano, antes de iniciar a apontar problemas, ou mesmo possíveis soluções para tais, a educação para o principio da proteção integral apontada pelos doutrinadores. Mas quem é o

sujeito, detentor do direito, intrínseco no ECA, na Constituição Federal e nas leis especiais? A respeito disto, Gauer, Cataldo Neto e Lazzaron (2010, p. 62) sustentam que:

Adolescência acontece cronologicamente em todos os povos. É um fenômeno igualmente universal e representa uma condição singularmente humana. Trata-se de uma etapa do desenvolvimento humano, intermediária entre a infância e fase adulta, e se caracteriza por mudanças fisiológicas e psíquicas, que se refletem no comportamento do sujeito.

Para Rossato, Lépure e Cunha (2010, p. 87), “nos termos do art. 2º do Estatuto, será criança a pessoa com até 12 (doze) e 18 (dezoito) anos. A idade é o fator determinante para a fixação de quem é criança, adolescente ou adulto”. É importante, ainda, salientar o conceito descrito na Convenção sobre os Direitos da Criança (CSDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990, que, de acordo com Rossato, Lépure e Cunha (2010, p. 87), considera como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, “a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”.

Consubstanciando os ensinamentos acima, para entendimento deste trabalho, tem-se que adolescente é o sujeito que tem idade compreendida entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, que diversas são as fontes materiais e processuais do direito da criança e do adolescente, e que o princípio que norteia este ramo do direito é o princípio da proteção integral, agora será possível continuar o estudo.

2.2 ATO INFRACIONAL E ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Primeiramente, é de salutar importância associar a aplicação das medidas de proteção, ao que prevê a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2015a) em seu artigo 228, no que tange principalmente a idade considerada passível de responsabilidades civil e penal, “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Assim, o primeiro pré-requisito para se diferenciar um ato infracional, de um crime é a idade no momento da consumação do ato.

Para Lima e Veronese (2015, p.168) “no âmbito do Direito da Criança e do Adolescente, o ato infracional é dos temas mais complexos, confundido, negligenciado” e muitos fatores contribuem para o fenômeno.

Esses fatores que levam o adolescente à prática do ato infracional, dentre eles o meio em que estão inseridos podem influenciar no uso de drogas e na prática de atos infracionais:

O conceito de adolescência aqui é ampliado e contextualizado na relação. Ao direcionarmos nossa atenção ao estudo de questões que têm uma forte marca social, como é o caso da drogadição e da prática de atos infracionais na adolescência, não podemos negligenciar o contexto local, global e as diferentes situações que dão emergência a essas questões (PEREIRA; SUDBRACK, 2008, p.152).

Ainda nesta mesma linha de considerações vale lembrar que cometer um ato infracional, pode estar diretamente ligado a qualidade do sujeito que o comete, como esclarece Santos (2014, p.1), “o conceito de adolescente infrator parece indicar uma qualidade do sujeito, como traço ou característica pessoal que diferenciaria adolescentes desviantes de adolescentes comuns”.

É de valiosa compreensão, os ensinamentos de Gauer, Cataldo Neto e Lazzaron (2010, p. 69) a respeito das interferências contemporâneas a que estão submetidos os adolescentes:

Diversos estudos discutem as interferências contemporâneas que marcam a subjetividade do adolescente, comprometendo seu comportamento, em função do esforço para não sofrer a exclusão social. Tais questões envolvem: massificação, imediatismo, estímulo constante ao prazer e negação da frustração, fragilidade nos vínculos afetivos do meio familiar e social, fortalecimento do individualismo e consumismo exagerado.

Cabe citar o trabalho de Adorno, Bordini e Lima (1999, p.64) os quais reforçam que além das influências externas, o período da adolescência é marcado por mudanças físicas e hormonais que são diferenciadas:

A descoberta da adolescência como problema é, portanto, contemporânea da associação entre *juventude* e *delinqüência*. Neste domínio, o marco teórico constitui o modelo *storm and stress* (“agitação e tensão”), formulado originalmente pelo psicólogo americano Stanley Hall, para quem a adolescência era concebida como um período de “agitação hormonal” durante o qual adolescentes tanto requeriam liberdade para dar vazão a seu potencial explosivo quanto reclamavam maior controle para incutir-lhes disciplina social.

Guimarães e Campos (2007, p.188) destacam que o processo adolescente, encontra guarida na realidade social:

Ao considerar a adolescência como um fenômeno cultural marcado por um período psicossociológico bastante específico— destituído de foco exclusivo nos aspectos biológicos/pubertários — seus elementos simbólicos e sua dinâmica interna adquirem grande importância. Estes elementos do “processo adolescente” encontram expressão na realidade social e vão ao encontro da violência.

A despeito disso, Santos (2014, p.2-3) esclarece, ainda, que a violação de regras por parte de um adolescente deve ser encarada com normalidade, resguardadas as com emprego de violência ou grave ameaça, o adolescente age dentro de um padrão de normalidade.

Em oposição à ideologia oficial, a criminologia contemporânea define o comportamento desviante do adolescente como fenômeno social *normal* (com exceção da *grave violência* pessoal, patrimonial e sexual), que desaparece com o amadurecimento: infrações de *bagatela* e de *conflito* do adolescente seriam expressão de comportamento experimental e transitório dentro de um mundo múltiplo e complexo, e não uma epidemia em alastramento, cuja ameaça exigiria estratégias de *cerco e aniquilamento*. (SANTOS (2014, p.2-3)

E continua explicando Santos (2014, p. 3) que ações características de adolescentes por si só, isoladamente não caracterizam delitos, nem mesmo indicam no futuro um adulto infrator. Para ele, o caráter de especificidade do comportamento desviado durante a juventude segundo pesquisas é algo absolutamente normal, e que sua extinção se dá de maneira espontânea pela maioria dos jovens. Este fenômeno ficou conhecido como “*Peack-age*” e, em regra, não representa uma grande necessidade de intervenção do Estado para compensar defeitos de educação.

Para Santos (2014, p.3), muitas vezes o adolescente comete atos infracionais, para demonstrar vantagem sobre seus colegas, para testar limites, testar a própria aplicação da norma, para satisfazer o seu ego diante da necessidade de demonstrar-se diferente, ou seja, em suas palavras:

Como se vê, cometer 1 ou mais delitos é fenômeno *normal* e *geral* da adolescência: jovens cometem infrações ou para *mostrar coragem*, ou para *testar a eficácia das normas* ou, mesmo, para *ultrapassar limites* – e negar essa verdade significa ou perda de memória, ou hipocrisia. O

comportamento anti-social do adolescente parece ser aspecto necessário do desenvolvimento pessoal, que exige atitude de tolerância da comunidade e ações de proteção do Estado.

Seguindo este mesmo caminho, Adorno, Bordini e Lima (1999, p.63), esclarecem ainda que o ato infracional não está exclusivamente relacionado à classe social que ocupam estes adolescentes na sociedade, existindo diversos outros fatores que interferem no desenvolvimento da personalidade do adolescente autor de ato infracional, para eles, isto não é exclusividade de comunidades pobres, ou que tenham uma desigualdade social muito acentuada.

Explicam ainda que isto acontece também em sociedades que em tese oferecem uma melhor qualidade de vida, e com índices de desenvolvimento humano elevado:

Mesmo em sociedades caracterizadas por elevados indicadores de desenvolvimento humano, condições e qualidade de vida, a preocupação com o envolvimento de crianças e adolescentes com o mundo do crime não é recente e revela, não raro, traços não muito distantes do modo como o problema é percebido e focado na sociedade brasileira contemporânea. Tanto nos Estados Unidos e Canadá quanto em vários países europeus – especialmente, Inglaterra, França, Alemanha e Itália –, essas inquietações sociais têm sido constantes desde a segunda metade do século XIX, embora adquiram colorido mais dramático em determinadas conjunturas histórico-sociais (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999, p. 63-64)

E sabiamente perceberam como a sociedade, e principalmente a opinião pública se manifestam quando do cometimento de um ato infracional:

De tempos em tempos, a opinião pública é surpreendida com a notícia de homicídio, cometido contra algum cidadão portador de maior projeção social, praticado por um adolescente no curso de um roubo. Fatos desta ordem têm a propriedade de reforçar apreensões coletivas e consequentemente acentuar preconceitos contra esses segmentos da população urbana. Nesses momentos, suspeita-se que o envolvimento de crianças e adolescentes com o crime venha se acentuando. Se, nesses tempos sombrios de final de século, maior número de pessoas vem violando as leis penais é porque – assim dizem – vem crescendo em ritmo acelerado e em elevadas proporções a participação de crianças e de adolescentes. (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999, p.65).

Os adolescentes têm diante de si o dilema de decidir entre seguir práticas condutas que conduzem a lucros e ganhos fáceis, em contrapartida a uma vida cheia de riscos e de poucas perspectivas das "escolhas certas", devido à negligência do Estado em ofertar oportunidades e estrutura:

Assim, jovens são recrutados em diversos setores determinados como criminalidade (criminalizados) no País, atraídos pela oportunidade de lucros (ganhos fáceis), em troca dos riscos corridos (vida difícil), com seus sonhos e perspectivas desvanecidas em decorrência da política de isolamento e contenção de determinados grupos, de determinados setores, considerados descartáveis na sociedade do consumo (MALAGUTI BATISTA, 2003, *apud* LEAL, 2014, p.127).

A ideologia dominante no Estado atual sugere a descartabilidade dos adolescentes, e lhes impõem a desqualificação dos adjetivos da vida ligada ao crime, conforme observa Leal (2014, p. 127):

Esses jovens são delimitados como os jovens do crime, do tráfico e de toda (falta de) sorte de adjetivos para (des)qualificar o contingente crescente de indivíduos que nasceram superfluamente, sendo, por isso, mercadoria descartável, ou seja, não farão falta; foram seduzidos pela possibilidade de poder, respeito, permeados pela ideologia dominante de produtividade, competitividade e do individualismo.

Pesquisa realizada por Adorno, Bordini e Lima (1999, p. 65) lista um conjunto de circunstâncias que afetam diretamente nas escolhas dos adolescentes, concebidas como a influência do meio, dos familiares, dos grupos em que estão inseridos, e da vida comunitária que levam por exemplo, o modo em que vivem estes adolescentes. Segundo essa pesquisa, um estudo realizado pelo governo federal americano identificou cinco conjuntos de causas determinantes ao envolvimento dos adolescentes com a prática de atos ilícitos. No entanto, os autores salientam que, muito embora pareça um estudo sólido, apontar estas características como únicas responsáveis pode não ser muito adequado para se compreender a dimensão do envolvimento dos adolescentes com o crime:

Muitos estudos vêm se aprimorando nessa direção, buscando isolar uma ou mais variáveis que, associadas entre si, responderiam por fortes estímulos à delinquência juvenil. Plano do governo federal americano, destinado a enfrentá-la, identifica cinco conjuntos de causas:

- influências individuais relacionadas à biografia pessoal, à inserção em grupos, ao desempenho de lideranças, ao emprego do tempo livre e à saúde mental;
- influências familiares associadas, entre outros aspectos, aos conflitos entre pais e entre pais e filhos, ao suporte financeiro e à educação proporcionados por pais e parentes, à iniciação sexual e à gravidez precoces;
- influências escolares que incluem não apenas inserção e participação regular nas atividades, como também em programas especiais, tais como os de prevenção ao consumo de drogas e álcool;
- influências dos grupos de pares, particularmente inserção em gangues e quadrilhas tanto quanto menor participação em atividades desportivas,

menor dedicação a trabalho voluntário, menor frequência a programas de mediação e resolução de conflitos;
 - influências da vida comunitária, inclusive presença em áreas “isentas de aplicação sistemática de leis”⁷ como sejam zonas que sediam o tráfico de drogas, o contrabando de armas e o comércio de produtos roubados, a exploração da prostituição (DONZIGER, 1996, *apud* ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999, p.65-66).

Santos (2014, p.4) por sua vez, explica sobre aquilo que acredita serem estes fatores junto aos adolescentes brasileiros, segundo ele a situação da juventude brasileira é agravada pelo processo de marginalização que ocorre gradualmente nas ruas, com exclusão do adolescente do sistema escolar e do mercado de trabalho. A marginalização da juventude é a primeira e mais evidente consequência de que existem relações sociais desiguais e opressivas garantidas pelo poder político do Estado e legitimadas pelo discurso jurídico de proteção da igualdade e da liberdade.

E continua afirmando também as demais consequências:

A segunda consequência é a desumanização da juventude marginalizada: relações sociais desumanas e violentas produzem indivíduos desumanos e violentos como *inevitável* adequação pessoal às condições existenciais reais. A reação do adolescente, síntese bio-psíquico-social do conjunto das relações sociais, contra a violência das relações estruturais, é previsível: o crime parece ser resposta *normal* de jovens em situação social *anormal*. Milhões de adolescentes das favelas e bairros pobres dos centros urbanos são obrigados a sobreviver com meios **ilegítimos** pela simples razão de que não existem outros: vendem e usam drogas, furtam, assaltam e matam – e sobre eles recai o poder repressivo do Estado, iniciando a terceira e decisiva consequência da exclusão social, a *criminalização* de marginalizados *rotulados* como infratores, *prisionalizados* no interior de entidades de *internação* da FEBEM, que introduz os adolescentes em *carreiras criminosas* definitivas. (SANTOS, 2014, p.4)

Assim pode se entender que existem muitas influências geradas por fatores externos ao adolescente, que podem realmente implicar na sua tomada de decisões, confundindo sua percepção sobre a consequência de seus atos. Percebe-se que os problemas com adolescentes autores de ato infracional estão ligados diretamente a fase que estão vivendo, e que trata-se de atitude normal nessa fase da vida do ser humano, e ainda, que ocorrem mesmo em sociedades mais desenvolvidas, desmistificando a tese de que ocorrem somente em comunidades de baixa ou nenhuma renda, bem como o tratamento, o desfecho, oferecido ao adolescente nestes casos torna-se diferente.

2.3 AS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS E SUA FORMA DE APLICAÇÃO

A atual legislação brasileira visa a aplicação de políticas de prevenção como medida interventiva do Estado para antecipar-se a possibilidade de que o adolescente se envolva com o crime, mas a prevenção é apenas um elo da corrente que envolve todo o sistema de segurança pública.

Conquanto, buscando criar formas de proteção para a sociedade, existe uma equiparação do direito penal mesmo que inconscientemente, a aplicação de medidas sócio educativas, intrínsecas do Estatuto Da Criança e do Adolescente, esta equiparação trás ainda um ranso penalista, por expressa referência do art. 103, do ECA (ROSA, 2007, p. 8). Existem, ainda, os defensores de que a necessidade desta equiparação poderia conferir ao ECA, o prestígio necessário, para que fosse considerado eficaz, pois somente o Direito Penal concederia uma segurança jurídica a aplicação do previsto no ECA e aos adolescentes infratores, como explica Rosa (2007, p. 9). Para esse autor é necessária a fixação de um modelo autônomo, não um modelo de equiparação.

O Direito Penal Juvenil surgiu como um “*plano b*” às propostas de redução da maioria penal, mas logo passou a ser além de alternativa, uma outra proposta anexa a principal, como explicou sabiamente Ramidoff (2008, p.57). Outro aspecto levantado pelo autor é que uma medida social e educativa não poderia ter caráter punitivo, ou ainda sancionatório, pois ambas são incompatíveis entre si.

Entretanto, com o amplo debate entre os diversos segmentos sociais, o que se viu foi o direito penal juvenil que, ainda que de modo tímido, através de lei de diretrizes sócio-educativas, deixou de ser o “*plano b*” e obrigou-se a apresentar-se como um novo sistema de garantias ao adolescente que comete o ato infracional (RAMIDOFF, 2008, p. 60).

Ramidoff (2008, p. 68) enfatiza que o equívoco causado pela aplicação de um sistema retributivo, punitivo e sancionatório, dotado de garantias próprias do Direito Penal, que muitos chamam de Direito Penal Juvenil assevera um tremendo eufemismo. Isso implicaria em aceitar a possibilidade de engessar o modelo padrão de dignidade humana. Nesse sentido, partindo do entendimento de que existe uma vertente que compara o Direito Penal à aplicação do ECA, como sendo um sistema diferenciado, um Código Penal Juvenil, adiante será estudado o ato infracional propriamente dito.

Rossato, Lépure e Cunha (2010, p.13) explicam que a “diferença entre criança e adolescente, esta nos reflexos da pratica de ato infracional. Aos adolescentes podem ser aplicadas medidas socioeducativas¹ (arts. 101 e 112)”. E, além disso, que “ato infracional é a conduta prevista na lei penal como crime ou contravenção penal, que respeita ao princípio da reserva legal, e representa pressuposto do acionamento do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude” (ROSSATO, 2010, p. 286).

O Estatuto da Criança e Adolescente assim descreve o ato infracional em seu “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 2015c). Logo, não pode o adolescente, cometer um crime ou contravenção penal, vez que o pré-requisito objetivo a efetivação de um crime ou contravenção penal é a imputabilidade, que se dá pela maioridade penal. A Constituição Federal pátria, em seu artigo 228, estabelece a garantia da imputabilidade penal aos menores de dezoito anos, como muito bem salientam Rossato, Lépure e Cunha (2010, p.297).

Para caracterizar a estrutura do ato infracional, além da conduta típica, dolosa ou culposa, do resultado, do nexo de causalidade, bem como da inexistência de causas de exclusão de antijuridicidade, o agente deve ter capacidade de entender o ato praticado (ROSSATO; LÉPURE; CUNHA, 2010, p. 296-297).

Isto vem ao encontro do posicionamento de Ramidoff (2008, p. 74) ao afirmar que o legislador tentou economizar ao elaborar o texto do art. 103 do ECA, pois, do ato infracional, o que é preciso relevar é a conduta legalmente expressa na lei (ação ou omissão), e, não, diversamente, os demais critérios que são utilizados na valoração negativa do fato delitivo (antijuridicidade e culpabilidade).

É necessário ainda que o agente da conduta tenha a capacidade psíquica para poder ser considerado culpado criminalmente. Esta capacidade é entendida como culpabilidade, e representa a capacidade do individuo em perceber sua censurabilidade, reprovação ou evitabilidade, pelo ato cometido que só se adquire com o completo desenvolvimento da pessoa, aos 18 anos de idade (RAMIDOFF, 2008, p.78-79).

¹ A proteção para a criança e o adolescente adotam caráter distintos, enquanto para o adolescente podem ser adotadas qualquer umas das medidas previstas nos artigos, 101 e 112, para as crianças aplicam-se apenas as medidas protetivas previstas no artigo 101, isso em conta do caráter educativo e da responsabilização adotados para cada grupo.

Para concluir, Rossato, Lépure e Cunha (2010, p.297) explicam que “o adolescente, portanto, somente responderá pelo seu ato se demonstrada a ocorrência de conduta típica, antijurídica e culpável”.

Passar-se-á agora ao estudo da aplicação das medidas socioeducativas, previstas no ECA, no artigo 112 (BRASIL, 2015c). Segundo Saraiva (1999, p. 89-90), estas medidas se dividem em outros dois grupos, a primeiro delas que trata das não privativas de liberdade, e um segundo grupo que trata das privativas de liberdade. São medidas não privativas de liberdade, segundo o ECA, a advertência, a reparação do dano, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, como se extrai do artigo 112, incisos I a IV:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
I - advertência;
II - obrigação de reparar o dano;
III - prestação de serviços à comunidade;
IV - liberdade assistida; (BRASIL, 2015c)

As medidas privativas de liberdade, por sua vez, estão previstas nos incisos V e VI do artigo supracitado, quais sejam a semiliberdade e internato, com ou sem atividades externas:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
[...]
V - inserção em regime de semi-liberdade;
VI - internação em estabelecimento educacional; (BRASIL, 2015c)

Agora serão apresentadas, então, as medidas sócio educativas em espécie, para uma melhor compreensão. A primeira delas, a advertência, é considerada a mais tradicional, e mantém-se desde os primeiros códigos.

Dispõe o art. 115 do ECA (BRASIL, 2015c) que “A advertência consistirá na admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada”. Lembra muito bem Aquino (2012) quando faz a ressalva que “essa medida poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade da infração e indícios suficientes de autoria (art. 114, § único)”.

Isto vem ao encontro dos ensinamentos de Bandeira (2006, p.141), que assim concluiu:

Entende-se que o ato de “advertir”, “admoestar” está inserido numa relação de poder, objetivando, em última análise, orientar ou conduzir o adolescente em conflito com a lei a redirecionar o seu comportamento para o modelo exigido pelo sistema social dominante.

Em seguida, conforme prevê o inciso II do art. 112, está a reparação do dano, que nada mais é que a restituição do dano causado pelo adolescente autor de ato infracional ao terceiro lesado pela sua atitude incorreta. Cabe lembrar que existe aqui a responsabilização na esfera civil, onde os pais são responsáveis pelos atos de seus filhos, conforme observa Aquino (2012).

Assim está descrito o Art. 114 do ECA (BRASIL, 2015c), *in verbis*:

Art. 114 – Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo.

Parágrafo único – Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Aqui o que se quer de plano é a satisfação do prejuízo sofrido pela vítima do ato infracional. Bandeira (2006, p. 147) sugere que neste caso, a vítima busque este ressarcimento por meio de uma ação específica de cobrança cível. E complementa, que quando tratar-se de ocorrência de furto ou roubo, a mera devolução da “*res furtiva*” já caracteriza a satisfação do prejuízo.

O artigo 117 do ECA (BRASIL, 2015c), estabelece a medida de prestação de serviços à comunidade:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Consiste, segundo a interpretação de Bandeira (2006, p.147):

[...] numa prestação de serviços a entidades hospitalares, assistenciais, educacionais e congêneres, por período não superior a seis meses, e visa, fundamentalmente, aferir o senso de responsabilidade do jovem e sua aptidão para cumprir a medida em meio aberto, ou seja, o adolescente continuará estudando ou trabalhando, normalmente, convivendo na sua Comunidade junto com seus familiares e amigos.

É medida gratuita, deve ser realizada em instituições federais, estaduais ou municipais, públicas ou de relevância pública, e tem sido considerada um sucesso, é o entendimento de Aquino (2012).

Vale notar a contribuição de Aquino (2012) quando diz respeito à medida protetiva seguinte, à medida responsável por acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Cada caso será acompanhado por pessoa capacitada, designada pela autoridade.

No caso da aplicação da Liberdade Assistida, deverá ser nomeado um orientador e a este incumbirá promover socialmente o adolescente e sua família, além de supervisionar a frequência escolar e diligenciar a profissionalização do adolescente autor de ato infracional. Veja-se o que leciona o Estatuto da Criança e Do Adolescente (BRASIL, 2015c), a respeito deste instituto: “Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”.

Para Bandeira (2006, p. 151), esta sim é uma medida que realmente tem seu cunho pedagógico, capaz de ressocializar o adolescente, sendo capaz de lhe propor um novo projeto de vida.

E, ainda, arremata:

Dessarte, quando se lê o caput do Art. 118 do ECA, vê-se que o juiz, ao sentenciar o adolescente em conflito com a lei, poderá aplicar a liberdade assistida em qualquer ato infracional, mesmo naqueles de grande potencial ofensivo, como homicídio, roubos, estupro, dentre outros, desde que, consideradas as demais circunstâncias e a condição pessoal do adolescente, seja a medida mais apropriada para aquele caso, pois não há, como se vê, qualquer vedação legal (BANDEIRA, 2006, p. 156).

De modo geral, a medida de liberdade assistida parece ser a mais aproveitável do ponto de vista da ressocialização, e que realmente aparenta ter um caráter educativo.

Passar-se-á ao estudo das medidas socioeducativas, que importam em privação da liberdade. Conforme esclarece Saraiva (1999, p. 106-107), estas são norteadas pelo princípio intrínseco no art. 121 do próprio ECA, que estabelece a brevidade e excepcionalidade, respeitados a peculiaridade da condição de pessoa em desenvolvimento. O autor ainda esclarece que as medidas que privam os adolescentes da liberdade somente devem ser aplicadas diante de situações muito graves, seja para se resguardar a sociedade ou a própria segurança do autor do ato

infracional, e devem ser aplicadas excepcionalmente se aviltem contra vida, quer seja por violência ou grave ameaça a pessoa.

Destaca ainda Saraiva (1999, p. 108) que as medidas privativas de liberdade devem ser cumpridas em estabelecimentos especiais, mantidos pelo Governo do Estado, e assegurando o previsto no art. 124 do ECA, que trás um rol taxativo de garantias ao adolescente privado de sua liberdade.

O regime de semiliberdade é a primeira das medidas socioeducativas tidas como restritiva de liberdade. Tal medida tem o intuito de permitir ainda o convívio familiar, sendo obrigatória a escolarização e a profissionalização e não possui um prazo definido, entretanto se faz necessária a sua revisão a cada seis meses (AQUINO, 2012).

Isto vem ao encontro dos ensinamentos de Bandeira (2006, p. 163-164), que concluiu o ensinamento afirmando:

Trata-se, na verdade, de um modelo similar ao regime semi-aberto destinado aos imputáveis, os quais, normalmente, exercem atividades escolares e profissionalizantes externas sob a supervisão do responsável pela colônia agrícola, industrial ou similar e retornam para o pernoite, permanecendo, também, nos domingos e feriados no estabelecimento do regime semi-aberto.

E finalmente, a última das medidas prevista no ECA, a medida de internação, prevista em seu Art. 121. “A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 2015c). Bandeira (2006, p.183-184) discorre que este é o modo mais drástico de intervenção do Estado, depois do direito a vida, é o mais valorativo, a liberdade.

Dessa forma, o adolescente somente pode sofrer a medida privativa de liberdade nos casos previstos no dispositivo legal previsto no ECA em seu art.122 (BRASIL, 2015c) assim descrito:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

O Estatuto considera a internação como a medida mais extrema, a última tentativa do sistema em procurar inculcar no adolescente um caráter eminentemente sócio-educativo, assegurando aos jovens privados de liberdade cuidados especiais como: proteção, educação, formação profissional, esporte, lazer, para permitir-lhes um papel construtivo na sociedade (BARROSO FILHO, 1998, p. 11).

Assim, colhendo todo este aprendizado, o que se pode notar é que existe uma forte tendência nas medidas socioeducativas de buscar a ressocialização destes adolescentes, trazê-los de volta à convivência harmoniosa em sociedade, de modo que se sintam acolhidos, reintegrados, para que não retornem ao envolvimento com o ato ilícito.

3 A DIMENSÃO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA MILITAR NO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA COM ADOLESCENTES POSSÍVEIS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Mensurar ou apontar as medidas que devem ser adotadas pelo sistema de segurança pública pode ser um trabalho difícil, principalmente quando não se tem ideia da dimensão das atribuições e da competência dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Neste sentido Rique e Lima (2003, p.78), escreveram o seguinte:

Do ponto de vista institucional, precisamos entrar numa discussão mais detalhada dos problemas evidenciados, articular o micro e o macro. Talvez já possamos ver com clareza os grandes problemas. Mas a prioridade tem de ser decidida em conjunto. [...] Deveríamos encontrar uma maneira de responder questões dessa natureza. O processo se torna rico quando cada um percebe que faz a diferença.

Então quando se sabe suas atribuições, o trabalho coletivo em prol da sociedade evolui, e se chega a patamares melhores, neste caso de delimitação de competência, sempre analisando as possíveis causas da prática do ato infracional.

Dentro deste princípio, Cerqueira e Prado (1999, p. 93) descobriram que dentro das instituições policiais, o trabalho em equipe de diversos setores tem desenvolvido excelente resultado, através de gestão participativa, onde todos cuidam de tudo, de modo a inteirar-se do que esta acontecendo nas ruas para poder dar uma melhor resposta as exigências da sociedade.

Dentro da dimensão do envolvimento entre os adolescentes e a prática do ato infracional, de início é interessante destacar o artigo em que para Levisky (2001, p.2), o adolescente está o tempo todo em contato com o meio onde convive, e recebe influencias dele sejam de caráter biológico, psicológico ou social, ou seja, em suas palavras:

Crianças e adolescentes estão em pleno desenvolvimento biológico, psicológico e social, o que significa dizer que são vulneráveis e receptivos aos estímulos internos e externos que interferem na formação de sua identidade. Carregam em si potenciais construtivos, destrutivo, reparadores e criativos, de vida e de morte que podem ser estimulados e reprimidos pela cultura. Potenciais cujo desenvolvimento dependem da qualidade das relações afetivas, recursos educacionais, alimentares, saúde, bem estar, trabalho, normas, limites, e valores éticos estabelecidos pela sociedade.

Por outro lado, Cerqueira e Prado (1999, p.32), defendem que o jovem não pode ser culpado simplesmente por ser um indivíduo em formação, esclarecem que o adolescente carece de amadurecimento para deixar a fase delitual para trás, afirmam que:

A tese do jovem penalmente irresponsável pelo fato de ser jovem é ilógica, e anticientífica, da mesma forma que considera o adulto responsável apenas pelo fato de ser adulto. Uma e outra negam o princípio da individualização. O jovem não é possuidor somente de inocentes ou neutras qualidades, mas é uma mistura do bem e do mal, do pior e do melhor, tal qual o adulto.

Outro fator a ser verificado, é o das políticas públicas como instrumento de garantia dos direitos e da abertura de perspectivas para os adolescentes, como esclarecem Costa e Bigras (2007, p. 1107):

A perspectiva de trabalho voltado à proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência compreende uma dimensão integradora entre múltiplos setores, tanto nos aspectos macroestruturais (as políticas), como na articulação interna para mobilização das intervenções. A multiplicidade de mecanismos que interferem de forma positiva e/ou negativa para o adequado crescimento, desenvolvimento e integração social dessa população demanda a interação interinstitucional e interpessoal, reconhecida como trabalho em “rede”.

Neste mesmo viés, Costa e Bigras (2007, p.1108) explicam a importância de uma rede de políticas públicas e de proteção e assistência às crianças e adolescentes para que possam resistir aos fatores externos e serem resilientes:

O trabalho em “rede de proteção” viabiliza a formação das “redes sociais”, estimulando o desenvolvimento de práticas integradas, a nível comunitário e contribuindo com a conscientização e mobilização social, voltada à proteção e cuidados com crianças e adolescentes, junto às famílias, lideranças comunitárias, amigos, parentes. A continuidade dessas práticas é apontada como um importante indicador do impacto positivo das propostas direcionadas à proteção, promoção e intervenção, no enfrentamento dos problemas psicossociais e de saúde.

Ainda para Costa e Bigras (2007, p. 1107), se faz necessário um modelo de vida exemplar dos adultos, que convivem e são espelhos para as crianças e adolescentes com quem convivem diariamente.

Diante destes pensamentos, verifica-se que o adolescente encontra-se dentro de um turbilhão de ideias e de energia, que pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal, cabe às autoridades encontrar o modo de canalizar a força da

juventude para o lado produtivo e de projetos com visão para o futuro, e também para o presente.

3.1 A POLÍCIA E A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DE SEGURANÇA

O que se espera da atuação policial militar é um tema bastante complicado de determinar, principalmente quando se tem que restringir direitos relacionados à pessoa. A Polícia Militar, segundo Dalbosco *et al* (2006, p.26), foi criada para assegurar a execução das leis, e da boa conduta social, objetivando sempre garantir a liberdade dos cidadãos sem priva-los de seus direitos, o que vem se tornando um trabalho cada vez mais árduo e desgastante, em virtude das diversas manifestações contrárias a inserção das polícias militares nas comunidades.

Ainda nesse contexto, para a civilização de hoje, a segurança pública deve ser tida como necessidade básica, e existe uma necessidade do ser humano em lutar pela conquista da segurança individual e coletivamente, levando o homem a buscar uma determinada autodefesa como forma de satisfazer seu instinto primitivo de segurança (DALBOSCO *et al*, 2006, p. 27).

De acordo com Dalbosco *et al* (2007, p.28), com o avanço da sociedade, a segurança passou a ser uma necessidade básica do ser humano, quando não está sendo cumprida dentro de parâmetros toleráveis causa tensão entre as pessoas, e isto gera a sensação de insegurança e, dessa forma, essa busca tem tornado-se quase que automática e os níveis de exigência tem evoluído ainda mais, buscando índices melhores de satisfação.

Neste mesmo sentido, Rolim (2006, p.37) explica que mesmo que a polícia demonstre todo interesse, e deposite toda sua força para atender e solucionar os problemas de segurança da sociedade, ainda assim todo este esforço será em vão, sempre que a intervenção for feita após a prática do ato delitivo. Esse modelo adotado pela maioria das policias militares, denominado de modelo repressivo, onde a polícia deveria deslocar-se o mais rápido possível para o local da ocorrência para tentar capturar os infratores, mesmo que isto não obtivesse o resultado desejado, ou nenhum resultado, ou seja, a polícia atuaria somente depois do fato ter ocorrido.

A respeito da polícia reativa, aquela que apenas atende aos chamados para deslocamento até o local da ocorrência, Rolim (2006, p.39) assim explicou:

Ora, o modelo reativo de policiamento pressupõe que a polícia deva esperar para ser chamada. Isso significa que ela deve esperar até que um crime seja cometido e comunicado. O que, em geral, não é percebido é que esta estratégia torna muito mais difícil para a polícia lidar com crimes que não produzam vítimas ou testemunhas. Esse é o caso, por exemplo, do jogo ilegal e do tráfico de drogas.

Não pensam diferente Cerqueira e Prado (1999, p.50), os quais acreditam que o modelo repressivo deva aos poucos ser substituído por um modelo que tenha por base a prevenção dos delitos. Para estes autores, o policiamento deve ser voltado a proteção das pessoas, contra aquelas que delinquem, mediante a adequada vigilância. Entretanto, reforçam que talvez nem todos os atos delituosos tenham a solução vinculada aos melhores esforços dos policiais em prevenir o ato, portanto, cabe à polícia cumprir a lei e orientar a todos com atenção.

Neste viés Dalbosco *et al* (2006, p.26) explica que o que se espera do policial militar, é que eles estejam preparados, já que para a sociedade o policial é o membro do estado que melhor tem senso de equilíbrio necessário e indispensável para o campo de atuação e convívio próximo da sociedade diuturnamente, adaptando-se a sua realidade e convivendo com ela as suas necessidades.

Quando se fala em resultado alcançado pela Polícia Militar, Rolim (2007, p.45) explica que a debilidade demonstrada pelo Estado é mascarada de modo a ludibriar a população, tentando não demonstrar fraqueza, ou vulnerabilidade, entretanto não é o que de fato ocorre, também para ele é necessário à implantação de um novo método de enfrentamento:

No caso do Brasil, especialmente, qualquer exame mais cuidadoso sobre os resultados do trabalho policial haverá de levantar muitas debilidades a serem enfrentadas. Ao contrário do que se costuma imaginar, as polícias brasileiras, não precisam apenas de mais recursos e novos investimentos. Mantido o atual modelo e as formas tradicionais de atuação policial no Brasil, a tendência maior aponta para o desperdício dos recursos públicos que sejam nele eventualmente empregados. Seja como for, sempre que se reduz o problema enfrentado pelo trabalho policial à falta de investimentos terminamos por encobrir os problemas referentes à ausência de gestão e à inaptidão para a avaliação de programas e iniciativas tomadas.

Outro aspecto levantado por Dornelles (2008, p.21) é o da Polícia Militar enquanto mecanismo de controle social, o autor faz a seguinte referência ao assunto:

Existem diversos mecanismos de controle social, mecanismos privados e mecanismos públicos. Tais mecanismos são utilizados para cooptar, adequar, adestrar, excluir, segregar, vigiar, punir, aniquilar. Mas também utilizam o tratamento, a integração, a ressocialização, a reforma, a medicalização, a justiça, a repressão, a educação. Enfim, o objetivo é a Defesa Social e a garantia da ordem, possibilitando a reprodução de um modelo de organização social.

Dornelles (2008, p.71) retrata ainda outro ponto bastante presente na mídia, e no dia a dia nas comunidades molestadas pelo fato criminoso, qual seja, mesmo que se tenha uma imagem negativa do policial, o que se exige dele é que seja violento e brutal, para que o autor do delito não mais volte a cometê-lo.

Há um comportamento ambíguo, tanto da corporação policial e das autoridades públicas quanto do conjunto da sociedade. Por um lado, parte considerável da sociedade exige uma polícia que respeite os direitos humanos e que seja cumpridora da lei, ao mesmo tempo em que não deixe de garantir a segurança de todos. Por outro lado, essa mesma sociedade tem a expectativa geral de que a polícia se comporte de acordo com o estereótipo negativo que marca a instituição, isto é, conduta brutal, violenta, arbitrária corrupta e ilegal. Assim a imagem da polícia se reforça, formando uma cadeia difícil de se desfazer. (DORNELLES, 2008, p.71).

Concluindo existe o paradigma de uma polícia elitizada, que desde a sua criação trabalha de modo a defender as camadas sociais mais favorecidas prejudicando as camadas sociais mais frágeis, e quando esta se sente ameaçada exige intervenção imediata, das autoridades. Dornelles (2008, p. 205) relata outro fato bastante interessante, e que chama a atenção: as polícias militar e civil recrutam seus membros das camadas mais baixas da sociedade, ou seja, os membros do estado também vieram das comunidades pobres, das favelas e periferias, pessoas do povo, que em tese sofreram algum tipo de preconceito ou represália dos órgãos elitizados.

Para Dornelles (2008, p. 210), qualquer esforço na mudança destes paradigmas será em vão, o único meio de reverter à imagem de uma corporação elitista, que foca seu trabalho na defesa das classes mais abastadas, e que passe a trabalhar na defesa real do cidadão, deveria partir da desmilitarização das forças de

segurança e o investimento em programas de conteúdo socioeconômico e de transformação social.

3.2 PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NO CICLO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Nos dias atuais ainda se pode ver facilmente matérias escritas em jornais e revistas pedindo a extinção da Polícia militar, como muito bem lembrado por Ribeiro e Montandon (2015, p.62), entretanto, não é a solução de todos os problemas, nem de perto a melhor delas.

Dentro deste pensamento, é de salutar importância a explicação de Rocha (2013, p.89):

À polícia são atribuídos a prevenção e o controle do delito, isto é, o combate à violência criminosa, que é motivadora da sensação de insegurança e que imprime medo à sociedade. A violência que mais temoriza é a criminosa, isto é, aquela que faz oscilar os indicadores de delinquência e que exige a atuação da polícia.

Na sociedade moderna a Polícia Militar apresenta-se sempre que se fala de segurança pública, exerce a função de polícia administrativa, trata-se do órgão mais visível da administração Estatal, por ter tal atribuição vinculada junto à Constituição Federal, em seu artigo 144, § 5º, que prevê a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, como atividades principais das polícias militares estaduais.

Nesse sentido, Dornelles (2008, p.69) apresentou em seu trabalho que a polícia como é conhecida hoje, deriva de um longo trabalho desenvolvido a partir da consolidação do Estado Nacional Moderno, que decorre da prática de diversas atividades paralelas de vigilância controle e repressão de ações que ofereciam ameaça a sociedade burguesa², essa polícia age dentro da lei para amparar o uso

² "O termo Burguesia não tem sentido unívoco, podendo-se dar do conceito pelo menos duas definições (se não mais) alternativas. Num primeiro sentido, que perdeu muito de sua validade quando referido à atual sociedade, entende-se por Burguesia a camada social intermediária, entre a aristocracia e a nobreza, detentoras hereditárias do poder e da riqueza econômica, e o proletariado, composto de assalariados ou mais genericamente de trabalhadores manuais (as gramscianas 'classes subalternas'). Num sentido mais fecundo e mais atual, à luz dos acontecimentos históricos contemporâneos [...] a Burguesia, pois, seria, a classe que detém, no conjunto, os meios, os meios de produção e que, portanto, é portadora do poder econômico e político. Seu oponente seria o proletariado que, desprovido destes meios, possui unicamente sua força de trabalho" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 119).

legítimo da violência. Entretanto, o autor explica que caso realmente a sociedade fosse pautada pela total observação das leis, não precisaria ela de uma polícia que se resguarda no uso da força dentro daquilo que prevê a legislação.

E continuou da seguinte forma:

Em quase duas décadas, a relação da população pobre com a polícia não mudou. Ao contrário, talvez tenha se tornado mais contraditória. Também é necessário destacar que o conjunto da população, mesmo que alguns de seus segmentos tenham deixado de sentir medo, continua tendo uma relação contraditória com a polícia. (DORNELLES, 2008, p.69)

É importante salientar um ponto novo, que o termo “polícia ostensiva” no ordenamento jurídico brasileiro, foi abarcado pelo texto constitucional de 1988, e extinguiu a antiga expressão “policciamento ostensivo” como previa o Decreto-Lei nº 667/69.

Este novo termo segundo Moreira Neto (2000, p.103), ampliou as atividades das polícias militares, muito além de apenas policiamento ostensivo:

A polícia ostensiva, afirmei, é uma expressão nova, não só no texto constitucional, como na nomenclatura da especialidade. Foi adotada por dois motivos: o primeiro já aludido, de esclarecer a competência constitucional e, o segundo para marcar a competência policial dos policiais militares, além do “policciamento” ostensivo.

O que acontece é que de fato para o cidadão, estes termos pouco significam, o que importa é a prestação do serviço a comunidade, por ser o braço forte do Estado, é chamado para atuar nas mais diversas situações, como muito bem explica Monet (2001, p.285) em seu trabalho:

As pessoas telefonam à polícia, vão às delegacias, interpellam policiais na rua para uma toda série de problemas, menores ou graves, para comunicar um acidente de trânsito, para encontrar um objeto perdido, para dar parte de um cão vadio; em suma, recorrem à polícia toda vez que não sabem o que fazer, mas pensam que os policiais com certeza sabem.

Ainda nesse viés, é importante entender o significado de outro conceito, denominado “ordem pública” e quem o fez muito sabiamente em seu trabalho foi Oliveira (2000, p.21):

Para alguns a ordem pública é a ausência da desordem, para outros tem um sentido mais lato, envolvendo um conjunto de requisitos pré-jurídicos sem os quais não seria possível assegurar o funcionamento das instituições e o

efetivo cumprimento dos direitos, liberdades garantias. Para outros autores, a ordem pública é encarada em função das exigências da sociedade e as medidas inspiradas pela ordem pública, são destinadas a assegurar a segurança, a tranquilidade e a salubridade pública. Para outros autores modernos o conceito de ordem pública, econômica, estética, ambiental, social.

Como se pode observar, o conceito é muito amplo quando tange à abrangência dos conceitos de ordem pública, somados ao conceito de polícia ostensiva, por esta razão as polícias militares atuam de modo ostensivo para manter a ordem pública.

Entretanto, antes de continuar é importante analisar o pensamento de Cerqueira e Prado (1999, p. 86-87), que afirmam que dentro do ECA, não existe nenhuma referência ao modelo que as policias devem adotar quando o assunto é prevenção de atos infracionais, e que o legislador em momento algum deixa claro o papel que se espera da instituição policial militar na prevenção e na garantia dos direitos da criança e do adolescente.

3.3 ATUAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM OCORRÊNCIAS COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS ENVOLVIDOS

O modo como a polícia age dentro do atendimento de ocorrências em que existe o envolvimento com crianças e adolescentes é regulamentado pela norma existente, seja ela o ECA ou a própria Constituição Federal, para reforçar esta legalidade foi criada, pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a POP 304.33, a qual segue um roteiro para atendimento de cada tipo de chamada recebida junto a central regional de emergência, onde ao ser apreendido o adolescente deve ser encaminhado a delegacia especializada para a lavratura dos procedimentos.

Os modelos preveem um roteiro do atendimento da ocorrência, entretanto ignoram fatores importantes, como o que ROLIM (2006, p.167) descobriu em sua pesquisa, o autor enfatiza que 2/3 dos jovens que cometem ato infracional, praticam apenas um delito, e apenas 15% voltam a cometer um segundo ato infracional, o que exige uma certa atenção especial.

Neste tópico será realizada a análise do enfrentamento realizado pelas polícias no atendimento de ocorrências envolvendo adolescentes autores de atos infracionais, observados os panoramas da sociedade atual.

Um dos fatos para o qual Rolim (2006, p.160) chama atenção é a repetida quantidade de vezes que este mesmo grupo de adolescentes se envolve com o ato infracional, devendo ser o principal foco da atuação policial militar:

Entre os jovens que cometem infrações, alguns se destacam pelo envolvimento repetido em várias delas. Esse pequeno grupo representaria um problema mais sério, porque seria responsável pela maioria das ocorrências envolvendo jovens e, especialmente, por grande parte das situações mais graves de violência.

Um fato interessante, guardadas as devidas diferenças e aplicado o princípio da analogia, diz respeito ao tratamento entre um adulto autor de um crime, e o adolescente autor de ato infracional. Conforme Michel Foucault (2014, p.221) já examinou em sua obra *Vigiar e Punir*, a prisão não diminui taxa de criminalidade entre adultos, ao contrário, pode aumentá-la e até mesmo multiplicá-la, tornando um problema ainda maior. Nesse sentido, o que se pode presumir então é que a medida sócio-educativa de internação, enquanto modelo assemelhado à prisão, também não resolve todos os problemas.

Seguindo este pensamento, agora em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, surgem diversas hipóteses, em decorrência da teoria da proteção integral, onde se faz necessária de modo amplo à atuação do policial militar, bem como da prevenção de ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, como muito bem prevê o ECA em seu primeiro artigo “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 2015c), assim explicado por Digiácomo e Digiácomo (2013, p. 3-4):

O enunciado deste dispositivo é um reflexo direto da “*Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente*”, adotada pela Constituição Federal de 1988 (arts. 227 e 228) e pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20/11/1989, por intermédio da “*Convenção das Nações Unidas Sobre Direitos da Criança*” (Resolução XLIV). No Brasil este texto foi aprovado pelo Dec. Legislativo nº 28/1990, de 14/07/1990 e promulgado pelo Decreto nº 99.710/1990, de 21/11/1990 (passando assim, por força do disposto no art. 5º, §2º, da CF, a ter plena vigência no País). O Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, vem em resposta à nova orientação constitucional e à normativa internacional relativa à matéria, deixando claro, desde logo, seu *objetivo fundamental*: a *proteção integral de crianças e adolescentes*. Daí porque a análise conjunta do contido neste e nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 100,

par. único (notadamente seu inciso II), do ECA, nos leva à conclusão lógica (e teleológica) de que nenhuma disposição estatutária pode ser interpretada e muito menos aplicada *em prejuízo* de crianças e adolescentes, servindo sim para exigir da família, da sociedade e, acima de tudo, do Poder Público, o efetivo respeito a seus direitos relacionados neste e em outros Diplomas Legais, inclusive sob pena de responsabilidade (cf. arts. 5º, 208 e 216, do ECA). Ainda sobre a matéria, vide o contido na “*Declaração dos Direitos da Criança*”, adotada pela Assembléia das Nações Unidas de 20/11/1959 e ratificada pelo Brasil. Nunca esquecer, ademais, que quando se fala em “*direitos da criança*”, estamos falando de *direitos humanos*, razão pela qual é de se ter também em conta o disposto na “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*”, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10/12/1948, assim como o Decreto nº 1.904/1996, de 13/05/1996, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH.

Portanto nestes termos compete ao Estado representado pela Polícia Militar, preservar através de sua atividade de polícia ostensiva, os direitos e garantias previstas no texto da lei as crianças e adolescentes, para que tenham total desenvolvimento físico, mental, espiritual, social e moral, bem como lhes sejam asseguradas a dignidade da pessoa humana e sua liberdade, consoante os termos do art. 5º do ECA (BRASIL, 2015c):

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido a forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Assim sempre que um policial militar verificar a quebra de qualquer um desses atributos deve agir de ofício, de modo a preservar a sua situação de criança ou adolescente em formação, desta forma o adolescente passa a perceber a importância que recebe das autoridades.

Para que isto seja garantido, a Polícia militar de Santa Catarina, através da Portaria 059, de 24 de janeiro de 2012, do Comando Geral, a qual tinha a época o Coronel Nazareno Marcineiro como comandante Geral, elaborou um manual conforme já mencionado, denominado Manual de Procedimento Operacional Padrão (SANTA CATARINA, 2013), onde traz escrito os procedimentos a serem adotados nos mais diversos tipos de ocorrências, dentre elas, as ocorrências envolvendo crianças e adolescentes vítimas de crimes ou atos infracionais, ou no caso dos últimos autores de atos infracionais, este manual tem como objetivo evitar que ocorram erros grosseiros e abuso de autoridade por parte dos elementos integrantes

da PMSC, para resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como a integridade tanto da criança e do adolescente, quanto a do policial.

Esse manual elaborado pela Polícia militar de Santa Catarina vai de perfeito encontro ao texto estabelecido pelo ECA, e ao trabalho efetuado pelo policial militar, quando em atendimento de ocorrência envolvendo crianças ou adolescentes, sob a ótica do estabelecido no art. 18 do ECA “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 2015c), esclarecido assim por Digiácomo e Digiácomo (2013, p.21-22):

A lei, com base na Constituição Federal, impõe a todos a obrigação de respeitar e fazer respeitar os direitos de crianças e adolescentes, tendo cada cidadão o dever de agir em sua defesa, diante de qualquer ameaça ou violação. A inércia, em tais casos, pode mesmo levar à responsabilização daquele que se omitiu (valendo neste sentido observar o disposto no art. 5º, in fine, do ECA), sendo exigível de toda pessoa que toma conhecimento de ameaça ou violação ao direito de uma ou mais crianças e/ou adolescentes, no mínimo, a comunicação do fato (ainda que se trate de mera suspeita), aos órgãos e autoridades competentes.

Atualmente o 9º Batalhão de Polícia militar de Criciúma conta com um efetivo de 263 policiais prestando serviços a população, os quais receberam instrução de Direito da Criança e do Adolescente, com carga horária de 12 horas/aula.

Este manual, então, acaba não delimitando exatamente os limites e obrigações do policial quando do atendimento de fato da ocorrência, restando isto para o conhecimento próprio do policial adquirido através do curso de formação, que em Santa Catarina dedica apenas 12 horas/aula para o ensinamento de novos soldados para a formação específica em direito da criança e adolescente. Estas horas aula estão divididas em introdução ao direito da criança e do adolescente (3 h/a), ato infracional e medidas protetivas e socioeducativas (3 h/a), procedimento operacional padrão PMSC (3 h/a), avaliação e feed back (3 h/a). (SANTA CATARINA, 2013).

Pode-se observar que três horas são dedicadas ao estudo do procedimento operacional padrão, neste caso a POP 304.33, que determina a postura do policial no atendimento de ocorrências com adolescentes, diferenciando

do tratamento de uma ocorrência envolvendo um adulto. Bem como os erros e problemas a serem evitados.

Segundo a POP 304.33, o policial militar deve agir da seguinte maneira ao chegar à ocorrência:

1. Tomar ciência de como se deram os fatos e confirmar a prática do delito;
2. Atentar-se para crimes específicos e previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
3. Socorrer crianças ou adolescentes se possuírem lesão ou risco de morte;
4. Acionar do Conselho Tutelar;
5. Entregar crianças ou adolescentes ao Conselho Tutelar e as DP especializadas, respectivamente;
6. Garantir o recebimento das crianças ou adolescentes mediante recibo ou termo de entrega.
7. Transportar criança/adolescente em viatura quando da impossibilidade do Conselho Tutelar realizá-lo. (SANTA CATARINA, 2013)

No mesmo norte, a POP 304.33 determina quais são os erros que os militares devem evitar no atendimento de ocorrência envolvendo adolescentes:

1. Tratar criança ou adolescente como se fosse adulto;
2. Identificação equivocada da vítima ou do autor do fato;
3. Omissão de socorro, caso esteja com lesões;
4. Deixar de acionar o Conselho Tutelar;
5. Conduzir criança para DP sem contatar o Conselho Tutelar ou o Oficial Comandante do Policiamento;
6. Conduzir criança ou adolescente em viatura policial, sem necessidade ou justificativa;
7. Retardar a entrega do adolescente apreendido na DP especializada, onde houver;
8. Fazer a criança/adolescente vítima repetir o relato do fato ocorrido ou simular, demonstrando o que ocorreu, quando o fato for constrangedor para a criança/adolescente. (SANTA CATARINA, 2013)

Outro ponto essencial, apontado por Digiácomo e Digiácomo (2013, p.91) encontra embasamento jurídico no art. 70 do ECA (BRASIL, 2015c), o qual dispõe que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”, que estabelece o cuidado em preservar a ameaça ou a lesão de direito das crianças e adolescentes, que vem de encontro ao texto previsto no artigo 301 do CP, cujo texto prevê que todos do povo podem e os agentes de segurança devem realizar a prisão de quem quer que esteja na flagrância de um delito, sendo a criança ou adolescente a vítima deste, deve se observar o previsto no referido artigo do ECA, como se pode observar:

Ao contrário do que ocorria anteriormente, a Lei nº 8.069/1990 - fiel aos ditames da “Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente”, dá ênfase à prevenção, como forma de evitar a ocorrência de situações que possam dar ensejo à violação de direitos de crianças e adolescentes. A aplicação das medidas de proteção (art. 101, do ECA), juntamente com outras voltadas aos pais ou responsável (art. 129, do ECA), por sinal, na forma do disposto no art.98, do ECA, pode ocorrer ante a simples ameaça da violação de direitos infantojuvenis. Vale frisar que as normas relativas à prevenção de situações potencialmente lesivas aos interesses infantojuvenis, contidas neste Título, são aplicáveis mesmo em relação a jovens emancipados, que nem por isto perdem sua condição de adolescentes e/ou deixam de ser destinatários de “proteção especial” por parte do Estado (lato sensu), na forma da lei e da Constituição Federal (vide comentários ao art. 2º, do ECA). Regra decorrente do enunciado do art. 227, caput, da CF e arts. 1º e 4º, caput, do ECA. Mais uma vez a lei, com respaldo na Constituição Federal, impõe a todos a obrigação de agir diante de qualquer ameaça ou violação dos direitos infantojuvenis. A inércia, em tais casos, pode mesmo levar à responsabilização daquele que se omitiu (valendo neste sentido observar o disposto no art. 5º, in fine, do ECA), sendo exigível de toda pessoa que toma conhecimento de ameaça ou violação ao direito de uma ou mais crianças e/ou adolescentes, no mínimo, a comunicação do fato (ainda que se trate de mera suspeita), aos órgãos e autoridades competentes. (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2013, p.91)

O comentário escrito pelos autores deixa claro que a Polícia Militar deve intervir quando presencia um flagrante delito contra a figura da criança e do adolescente diante da previsão Constitucional e da leitura do ECA, bem como deve participar de uma análise das possíveis fontes desestruturantes, e buscar tratar estas crianças e adolescentes, aproximando-se delas, com a finalidade de afastá-las da criminalidade. Esta teoria é defendida por Cerqueira e Prado (1999, p. 74): “A polícia diante da infância e da juventude: infração e vitimização”, onde os autores indicam a necessidade dos policiais interagirem junto à comunidade, “A eliminação de influências prejudiciais se logra mediante as atividades de inspeção e patrulha”.

Os autores (1999, p. 74) esclarecem onde devem ser empregados os esforços dos agentes de segurança pública, de modo a extirpar os efeitos externos que agem sobre o adolescente, delimitando a maneira correta de atuação de modo a maximizar os efeitos dos agentes, buscando atingir os melhores resultados, os autores explicam estes objetivos da seguinte maneira:

Os principais objetivos da patrulha e da inspeção para prevenir a delinquência são:

Extirpar as influências prejudiciais e reduzir as oportunidades de mau comportamento mediante a presença da polícia, o cumprimento dos regulamentos e a prisão das pessoas que possam exercer uma influência danosa;

Descobrir pessoas necessitadas de tratamento para correção de inadequações já manifestas ou latentes;

Ajudar na vigilância dos jovens problemáticos que estejam sendo atendidos pela divisão de assuntos juvenis;
Averiguar onde haja necessidade de atividades coletivas para a prevenção da delinquência. (CERQUEIRA; PRADO, 1999, p.75)

No entendimento de Schelb (2008, p.150), é necessário planejamento e estratégia para lidar com essas crianças e adolescentes, para o autor qualquer engano pode gerar conflitos com as famílias destes jovens, e por todo o trabalho a perder, ele ainda explica que a sociedade é inclinada a não permitir a interferência do profissional de segurança nestes casos, e indica cuidados a serem tomados pelos profissionais.

A respeito da relação polícia-comunidade, Dornelles (2008, p. 71) sabiamente teceu que ainda existe, muito por conta da imagem do período ditatorial, que ainda existe uma imagem negativa da polícia intrínseca no íntimo das pessoas, o autor relatou o seguinte comentário em sua obra:

A história da formação do sistema policial brasileiro confunde-se com a história de sua própria imagem, construída em relações cotidianas com os diferentes segmentos sociais. Dessa maneira, um dos grandes problemas enfrentados na relação polícia-comunidade refere-se à imagem da polícia ser tão estática que dificulte a movimentação das relações estabelecidas com os grupos sociais.

A respeito desse assunto Schelb (2008, p.150-152) reforça que a polícia deve realizar suas atividades dentro de uma série de expectativas às quais a sociedade exige do profissional de segurança pública atualmente, ele deve agir dentro de um parâmetro que não admite mais exageros, ou o uso desnecessário e ilegal da força.

Neste sentido, o autor (2008, p.150-152) especifica quais que para ele devem ser os principais cuidados do profissional de segurança:

- Agir no estrito cumprimento de suas funções: Ninguém pode ser obrigado a fazer algo além de suas forças ou atribuições legais;
- Evitar atuações isoladas: A atuação do policial deve estar em sintonia com as normas de atuação do órgão a que pertence;
- Fazer registro obrigatório das ocorrências: Os fatos devem sempre ser registrados por escrito na instituição, como forma de resguardar os direitos do profissional e da própria instituição;
- Fazer encaminhamento formal: O encaminhamento do caso para a justiça deve ser formal e impessoal [...] deve ser feito sempre por escrito, pois é a melhor forma de garantir que o caso será tratado com seriedade pelo órgão destinatário.

- Manter arquivo pessoal dos encaminhamentos: O profissional deve manter um arquivo pessoal com todos os encaminhamentos realizados por ele em sua vida profissional. (SCHELB, 2008, p.150-152).

Vale notar a contribuição de Cerqueira e Prado (1999, p. 82) que diz respeito à prevenção de delitos pelas patrulhas, como complemento aos cuidados apresentados anteriormente, onde os policiais devem participar ativamente nestas atividades, igualmente ao trabalho feito nas abordagens de trânsito, e nas lides relativas a crimes, como o tráfico por exemplo. Para eles os policiais devem vigiar os centros de diversões, praças e áreas públicas, áreas que apresentem perigo de cometimento de atos infracionais, ou mesmo crimes contra as crianças e adolescentes.

Cerqueira e Prado (1999, p. 82-83) enfatizam que os policiais fazem um papel muito importante na readaptação dos jovens, e devem fazer amizade com estes meninos e meninas, para ter fácil acesso aos problemas futuros, bem como para poderem receber informações capazes de evitar o acontecimento de atos ilícitos futuros, e também de modo a estimular neste adolescente o respeito pelo bom cumprimento das leis além de estimular-los a prática da boa conduta e de um modo de vida menos problemático em se falando da obediência ao sistema jurídico normativo.

Neste mesmo aspecto agora levantado por Cerqueira e Prado (1999, p.88), existem alguns direitos e garantias fundamentais, em relação às recomendações das Nações Unidas, amparado pelos artigos 15 à 18 do ECA, que tem forte ligação com a atividade policial em relação principalmente no que tange direitos de ir e vir e o respeito a dignidade da pessoa humana. Onde o primeiro tem fator importante no tratamento com crianças desabrigadas, e a polícia tem obrigação de agir mesmo diante de seu direito relativo de ir, vir, estar e permanecer, aqui caberia o encaminhamento ao órgão adequado para as providências cabíveis.

Uma das recomendações das Nações Unidas adotadas pelo Brasil retrata perfeitamente esta teoria:

Todas as pessoas que têm contato com menores ou são responsáveis por eles no sistema da justiça criminal devem receber instrução e treinamento em direitos humanos, nos princípios e dispositivos da Convenção e nos padrões e normas das Nações Unidas para a Justiça da Criança e do Adolescente como parte de seus programas de treinamento. Tais pessoas incluem policiais e outros agentes responsáveis pela aplicação da lei, juízes e magistrados, promotores, advogados e administradores, agentes

penitenciários e outros profissionais que trabalhem em instituições onde os menores sejam privados de liberdade, pessoal de saúde e assistência social, mantenedores da paz e outros profissionais envolvidos com a Justiça da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2009, p. 106-107).

Disso tudo se pode extrair a conclusão a que chegou Waiselfisz (2014, p.15), quando afirmou que a violência tem se tornado uma das maiores preocupações da sociedade moderna:

A questão da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, têm-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também nas Américas e no mundo, como alertam diversos documentos de organismos internacionais e pesquisas de opinião pública.

O que acaba por acontecer é que a força designada pelo Estado, neste caso a Polícia militar, tem que cumprir além de sua missão constitucional de preservação e reestabelecimento da ordem pública através das ações de polícia ostensiva, devem de modo residual ainda abraçar, através da prevenção como meio de combater a violência e o uso de drogas, os maiores responsáveis no incentivo a pratica de atos infracionais, e que mais adiante acabam tornando-se o combustível da pratica delitiva dos adultos criminosos.

4 A ANÁLISE DA PRÁTICA DOS ATOS INFRACIONAIS EM CRICIÚMA/SC: ESTUDO DO PERFIL DAS INFRAÇÕES NO CONTEXTO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Este capítulo está voltado à apresentação de dados sobre a análise de dados referentes à atos infracionais cometidos por adolescentes, bem como de alguns casos em que são vítimas no contexto nacional, e na cidade de Criciúma-SC, os números foram obtidos através de pesquisa junto ao 9º Batalhão de Polícia Militar.

Com base nos dados obtidos também será realizada uma análise em alusão aos atos infracionais cometidos, em virtude da recente polêmica votação da PEC 171/93.

4.1 OS DADOS DA PRÁTICA DOS ATOS INFRACIONAIS, EM ÂMBITO NACIONAL

Estudos têm sido realizados periodicamente fazendo levantamento e análise estatística em torno da violência perpetrada no território nacional. O principal indicador de segurança pública de uma região é o número de homicídios por 100.000 (cem mil) habitantes. Tal índice é coletado e examinado periodicamente pelo Mapa da Violência, o qual retrata uma situação alarmante, onde os números têm aumentado de maneira rápida.

Em um primeiro momento é preciso entender por que as estatísticas criminais têm aumentado de um modo geral em todas as cidades brasileiras. Observando o trabalho realizado por Waiselfisz (2013, p.94), um dos responsáveis pela elaboração do Mapa da Violência, é possível identificar na obra três fatores fundamentais para o aumento dos números da violência nos municípios do interior do Brasil, especificamente o homicídio.

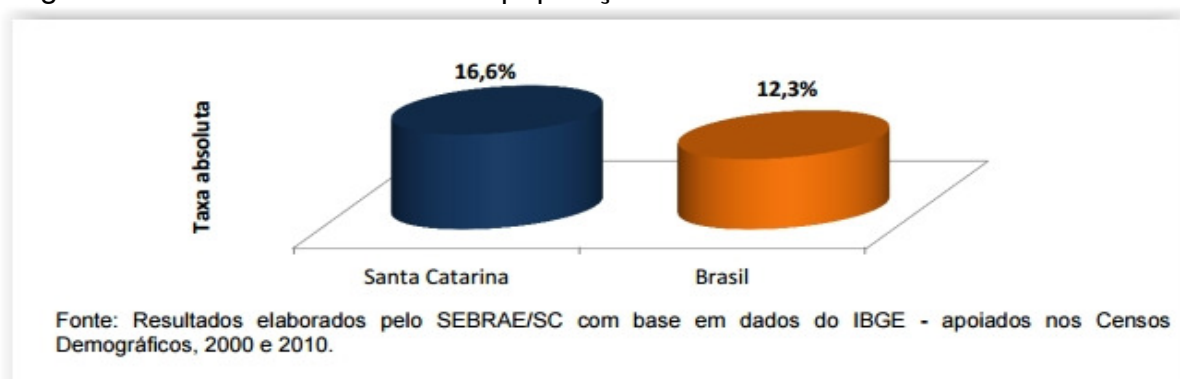
Para Waiselfisz (2013, p.94) o primeiro motivo determinante para esse incremento no Brasil é a reestruturação do modelo de desenvolvimento da produção, a evolução da indústria e sua expansão seriam responsáveis por uma boa parte dos acontecimentos. A facilidade da isenção tributária faz com que a indústria busque novos parques fabris, mesmo que de pequeno porte, porém, em diversas áreas do país, muito por conta da mão de obra barata.

Ainda sobre este tema, Waiselfisz (2013, p. 94) aponta o segundo grande motivo da expansão das estatísticas criminais que é o fortalecimento da segurança nas capitais, o que provoca o deslocamento geográfico das pessoas que praticam crimes para o interior, para poder realizar a prática delituosa de forma mais tranquila e, talvez, com mais chance de impunidade.

E ainda uma terceira causa, segundo Waiselfisz (2013, p. 95) decorre da melhoria dos sistemas de coleta e análise de dados, que tem o poder de revelar de forma mais técnica a realidade, e conseqüentemente a evolução dos números da violência, o que traz a realidade à tona.

Neste aspecto é importante salientar o crescimento da população demográfica brasileira e catarinense para iniciar o entendimento dos números da violência. Segundo dados do IBGE organizados pelo SEBRAE (2013, p. 16) a população catarinense teve um aumento de 4,3% em relação ao aumento da população nacional absoluta no período compreendido entre os anos de 2000 a 2010 conforme o gráfico exibido. Tal índice se revelou em virtude de um crescimento global de 12,3% contra os 16,6% de crescimento da população catarinense, foi obtido o valor referente a 4,3% de população absoluta, superior ao crescimento da população nacional, outro motivo relevante quando se fala em aumento dos números da violência:

Figura 1 – Gráfico do aumento da população Nacional Absoluta

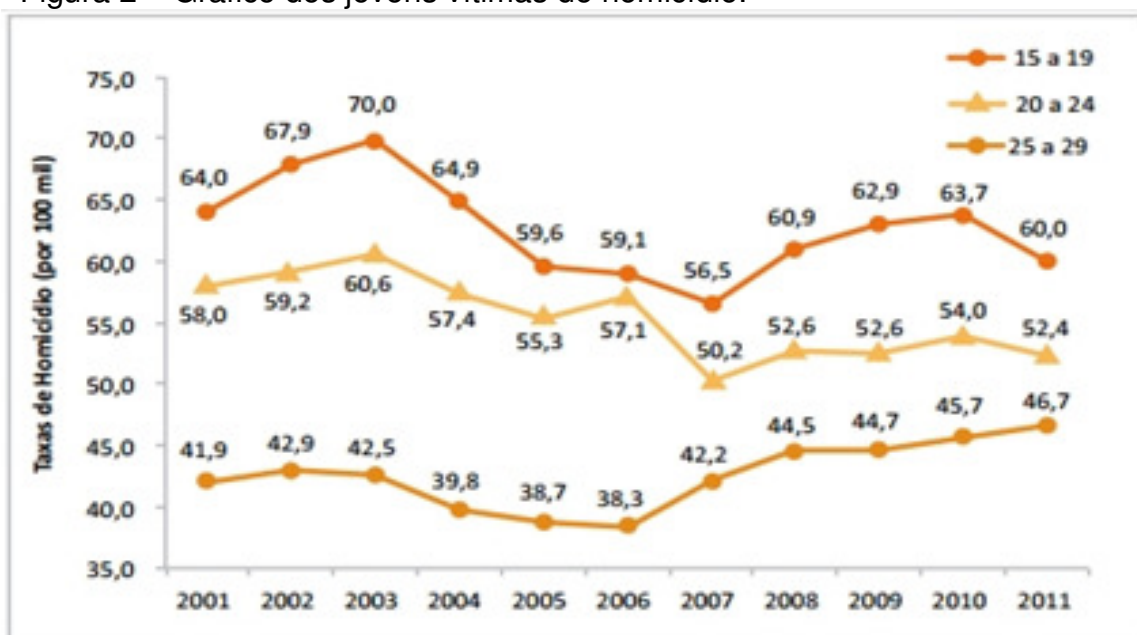


Fonte: SEBRAE (2013, p. 16).

Para poder calcular os índices de violência, foi inserido no contexto nacional, uma base de dados chamada SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) no ano de 1979, que coleta dados de todo o país e serve de base para a elaboração do Mapa da Violência.

Mapa da Violência elaborado por Waiselfisz (2014, p. 24) traz um importante dado, segundo o autor, no Brasil, quando chegam à idade de 15 anos, os números referentes à quantidade de jovens vítimas de homicídio dispara, causando um significativo aumento das estatísticas, onde nem mesmo países em constantes confrontos armados têm atingido este níveis, conforme pode ser observado no gráfico representado na Figura 2:

Figura 2 – Gráfico dos jovens vítimas de homicídio.



Fonte: WASELFISZ (2014).

Como se pode observar, o ponto mais alto foi durante o ano de 2003, onde para cada 100 mil habitantes, 70 jovens com idade entre 15 e 19 anos foram vítimas de homicídio. Ainda neste aspecto o Mapa da Violência elaborado em 2015 por Waiselfisz (2015, p.12) chamou atenção para a população que possui entre 16 e 17 anos, que em 2010 somavam cerca de 3,6% da população nacional, o que contribui também para o aumento dos números referentes a violência e pode explicar, em parte, os números exibidos na figura a seguir:

Figura 3 – Tabela representativa do número de óbitos por causa, em adolescentes entre 16 e 17 anos, por 100 mil habitantes.

Ano	Número de óbitos			Taxas (por 100 mil)		
	Trans- porte	Sui- cídio	Homi- cídio	Trans- porte	Sui- cídio	Homi- cídio
1980	661	156	506	11,9	2,8	9,1
1985	800	121	901	13,8	2,1	15,5
1990	860	139	1583	14,3	2,3	26,2
1995	1053	194	1898	15,8	2,9	28,4
2000	955	195	2719	13,3	2,7	37,9
2005	1040	222	2870	13,4	2,9	36,8
2010	1101	205	3033	16,2	3,0	44,7
2013	1136	282	3749	16,4	4,1	54,1
Δ% 80/13	71,9	80,8	640,9	38,3	45,5	496,4

Fonte: Waiselfisz (2015).

Ainda dentro do trabalho realizado por Waiselfisz (2015, p. 17), fica evidente ao analisar os dados do Mapa da Violência, que os adolescentes constituem grande parcela das vítimas de homicídio, o que retrata de fato uma realidade muito diferente daquela narrada todos os dias pela mídia, onde o adolescente surge muito mais como o autor dos atos de violência.

Ainda segundo o autor, em sua maioria esses adolescentes são negros e pardos, e dominam as estatísticas como vítimas de homicídios:

Dessa forma, se os índices de homicídio do país nesse período estagnaram ou mudaram pouco, foi devido a essa associação inaceitável e crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, na qual, progressivamente, a violência homicida se concentra na população negra e, de forma muito específica, nos jovens negros. (WASELFISZ, 2014, p. 164).

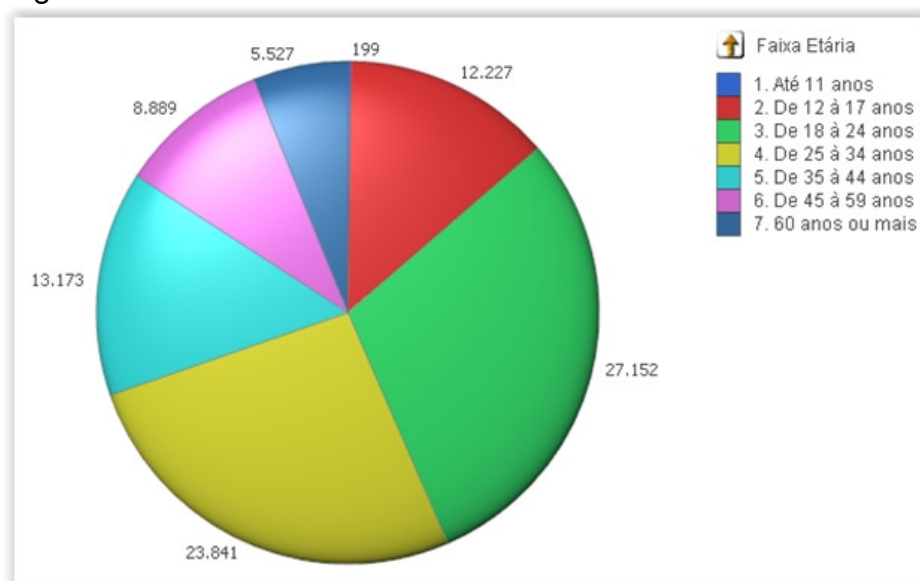
Essas informações serão de grande ajuda, quando da análise dos dados obtidos junto à Polícia Militar de Criciúma, para poder entender os dados obtidos.

4.2 OS DADOS RELATIVOS ÀS OCORRÊNCIAS DE PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS EM CRICIÚMA/SC, NO ANO DE 2014, E SUA ANÁLISE

Em pesquisa realizada no mês de agosto de 2015, junto ao sistema B.I. (*Business Intelligence*, ou, em tradução livre, Inteligência Empresarial) da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, que trabalha vinculado ao SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública) buscando as informações de ocorrências envolvendo crianças, e adolescentes, em específico adolescentes autores de atos infracionais, no período de janeiro a dezembro do ano de 2014, no município de Criciúma/SC. Foram coletados somente os dados a respeito de ocorrências onde a Polícia Militar realizou a apreensão de adolescentes aparentemente cometendo um ato infracional.

Apenas para ilustração, foram registrados pelos milicianos em todo o Estado de Santa Catarina, 91.008 (noventa e um mil e oito) boletins de ocorrência no ano de 2014, onde os possíveis autores foram identificados, sejam crianças, adolescentes, ou adultos. Desse total, apenas 12.227 (doze mil duzentas e vinte e sete), envolveram adolescentes como supostos autores de atos infracionais, conforme o gráfico a seguir:

Figura 4 – Total de boletins de ocorrência no estado com autor identificado

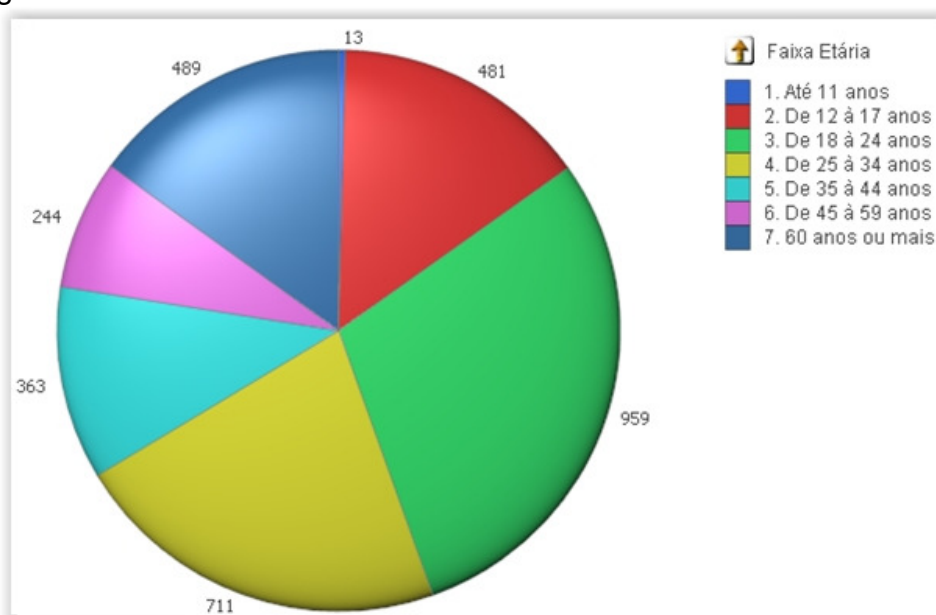


FONTE: PMSC.

Nesse mesmo período, no município de Criciúma foram atendidas 14.160 (quatorze mil cento e sessenta) ocorrências no total, conforme o Sistema B.I , das

quais em 3.260 (três mil duzentas e sessenta) ocorrências o autor foi identificado, independente da idade que possui, e o procedimento correspondente foi adotado, seja prisão em flagrante para os adultos ou apreensão de adolescente autor de ato infracional. Do total dessas ocorrências, somente em 13 (treze) oportunidades o agente foi uma criança até 11 (onze) anos, e em outras 481 (quatrocentas e oitenta e uma) ocorrências, o autor (ou autora) foi um adolescente com idade entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos de idade, veja-se no gráfico:

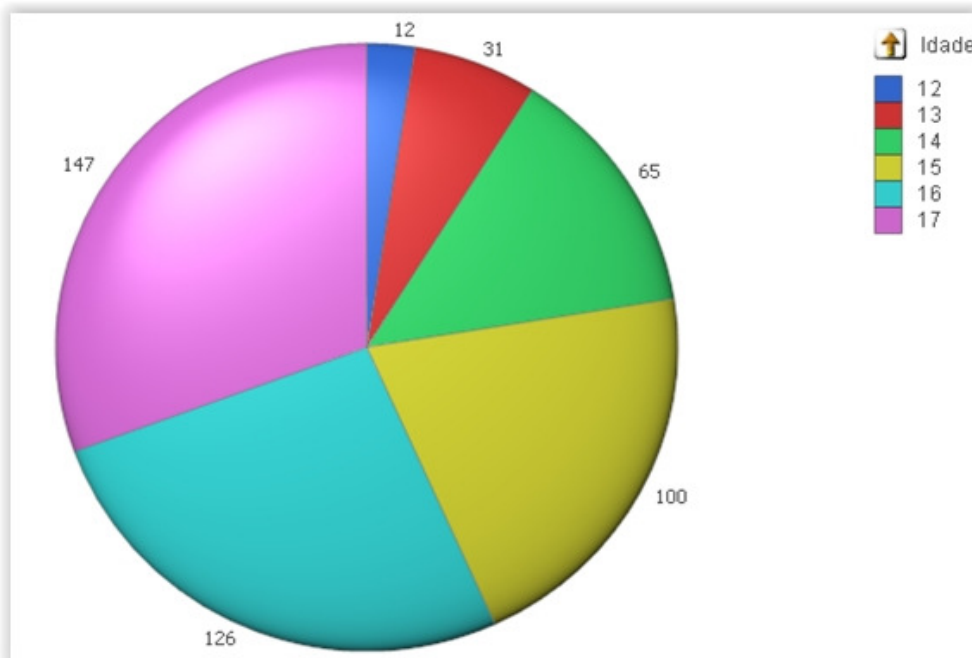
Figura 5 – Total de boletins de ocorrência com autor identificado em Criciúma



Fonte: PMSC

O próximo passo da pesquisa foi separar esses adolescentes por idade, onde é possível obter como resposta, que a maioria dos atos infracionais são praticados por adolescentes de 15 (quinze), 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, eles foram identificados como autores em 373 (trezentas e setenta e três) ocorrências, conforme segue:

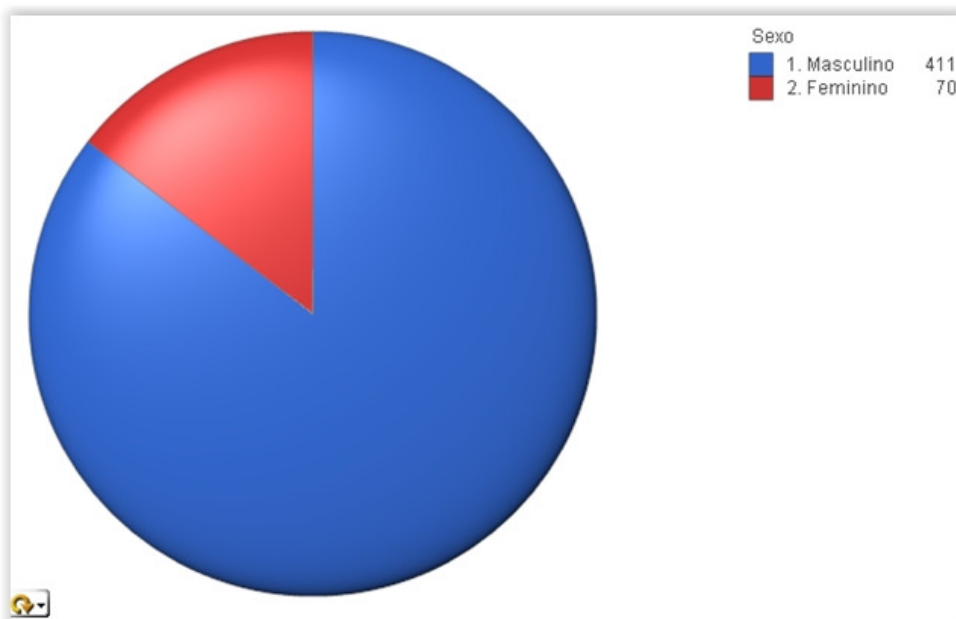
Figura 6 – Total de Atos infracionais flagrados pela Polícia militar por idade



Fonte: PMSC.

Outro dado extraído pela pesquisa foi relacionado ao sexo do adolescente infrator, e neste campo, ficou constatada a imensa maioria de adolescentes do sexo masculino, são 411 (quatrocentos e onze), contra apenas setenta adolescentes do sexo feminino:

Figura 7 – Gênero do autor de ato infracional em Criciúma



Fonte: PMSC

Outra informação que chama a atenção, obtida do sistema EMAPE, é o número de reincidentes. Estes somaram o número de 103 (cento e três), sendo 98 (noventa e oito) meninos responsáveis por 275 (duzentas e setenta e cinco) ocorrências, contra apenas 5 (cinco meninas), eles foram responsáveis, por 10 (dez) ocorrências, conforme se verifica na tabela a seguir:

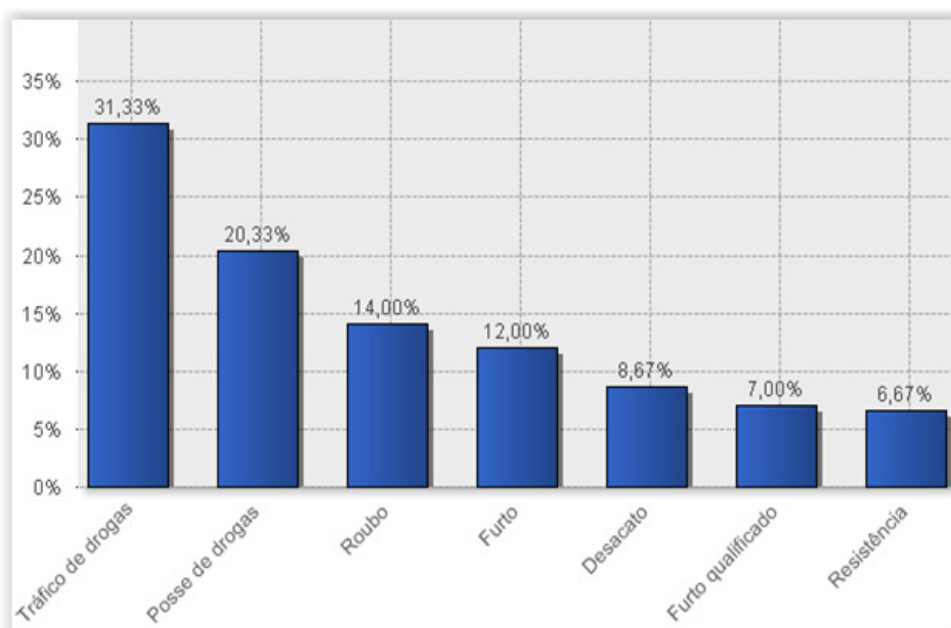
Tabela 1 – Adolescentes reincidentes e reincidências de Criciúma.

SEXO	Nº DE REINCIDÊNCIAS	Nº DE REINCIDENTES
Masculino	275	97
Feminino	10	5
TOTAL	285	103

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da PMSC.

Feitas essas considerações, passa-se agora a analisar os atos infracionais propriamente ditos, segundo consulta ao sistema B.I., foram considerados os sete tipos penais que mais aparecem no dia a dia policial, onde o procedimento a ser adotado é o de apreensão e encaminhamento à delegacia especializada, são eles: o tráfico de drogas, a posse de drogas, o roubo, o furto, o desacato e a resistência. Observe-se abaixo a frequência que acontecem:

Figura 8 – Adolescentes reincidentes e reincidências de Criciúma.

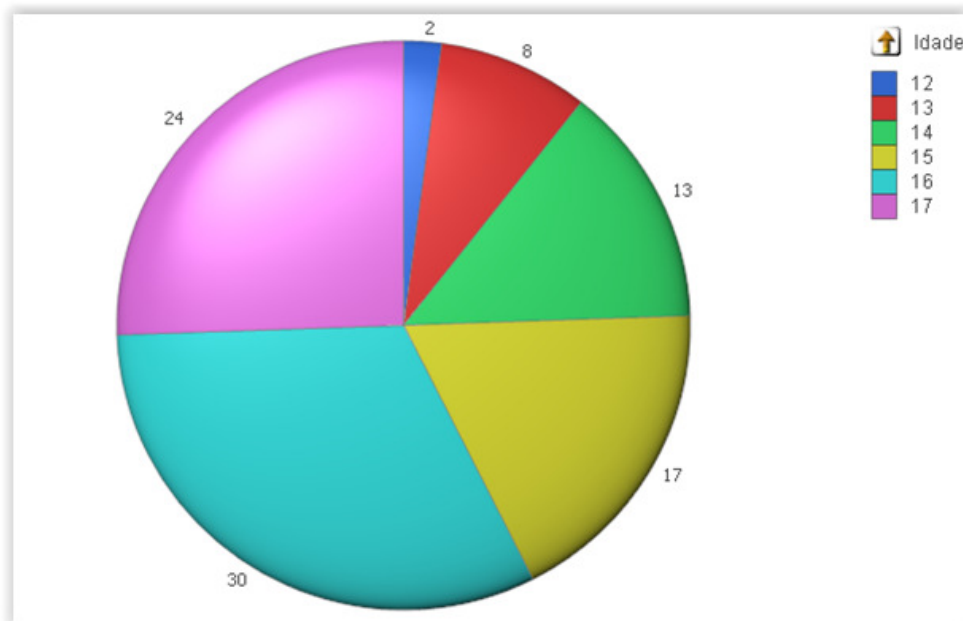


Fonte: PMSC

É comum deparar-se com matérias jornalísticas afirmando a prática de atos infracionais violentos por adolescentes, entretanto, cabe ressaltar que o homicídio, o de maior relevância social, por exemplo, não foi registrado nos históricos dos sistemas da Polícia Militar de Criciúma, pois não houve a apreensão de nenhum adolescente em situação de flagrância pela prática desse tipo de ato infracional durante o ano de 2014.

Em relação ao tráfico de drogas, ficou constatado que sua maioria é cometido por adolescentes de dezesseis e dezessete anos, seguidos de perto pelos de quinze, conforme o gráfico disponibilizado:

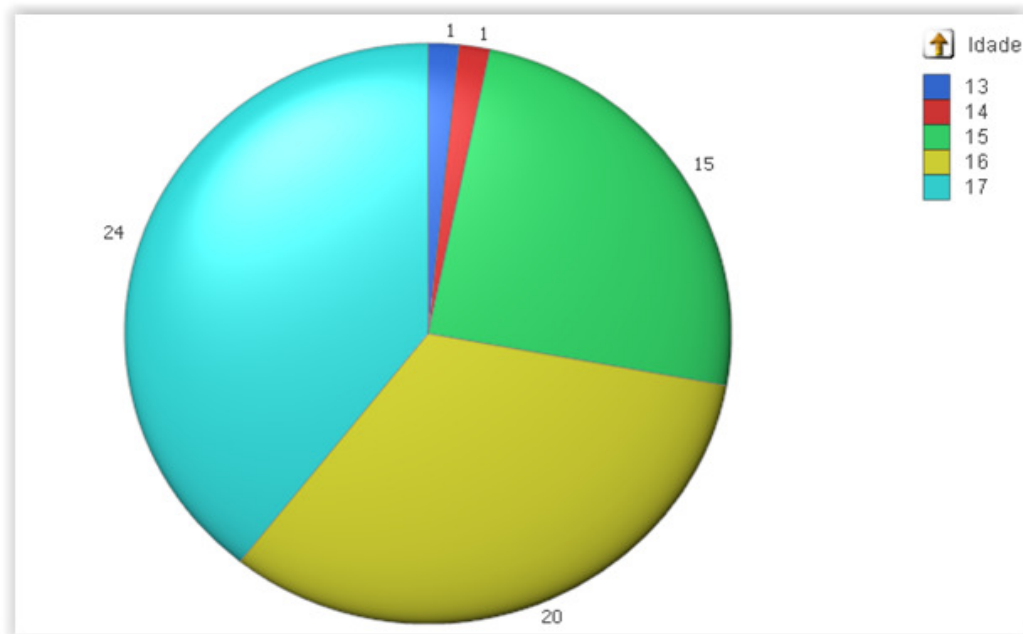
Figura 9 – Idade do adolescente autor de tráfico de drogas



Fonte: PMSC

A seguir foi analisado o ato infracional de posse de drogas, e os resultados obtidos não foram muito diferentes:

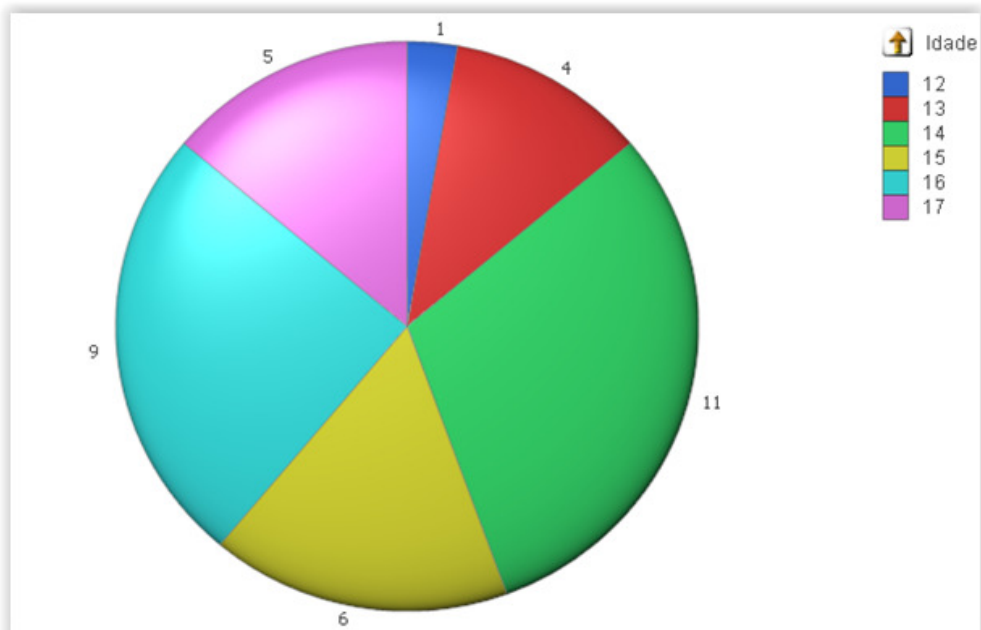
Figura 10 – Idades dos adolescentes autores de posse de drogas



Fonte: PMSC

Neste mesmo norte a pesquisa passou a analisar os dados do ato infracional tipificado como furto, e descobriu uma mudança na idade do autor deste, como se pode observar no gráfico:

Figura 11 – Idades dos adolescentes autores de furto

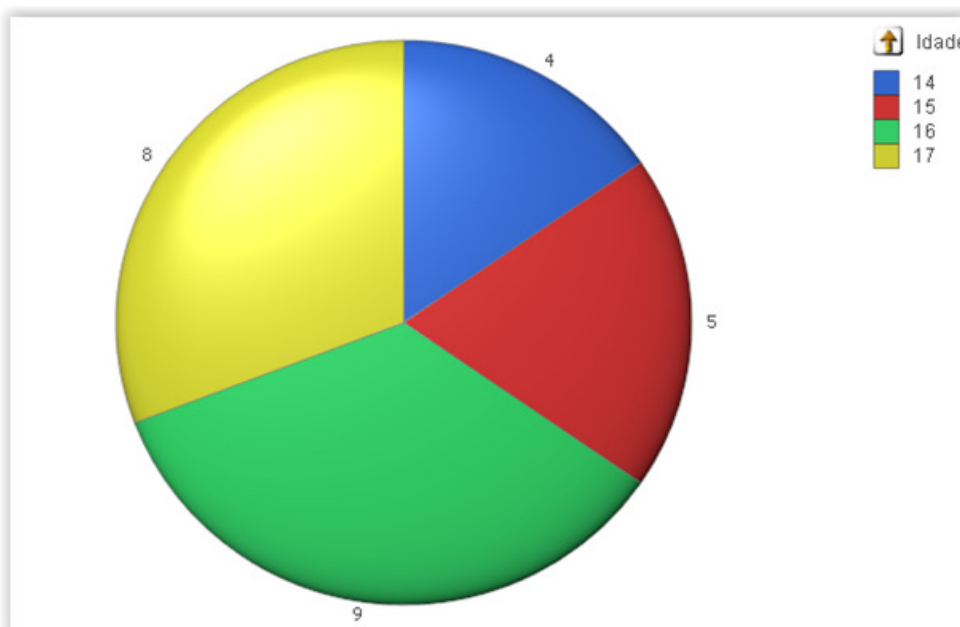


Fonte: PMSC

Neste ato infracional, incorreram ao todo, 36 (trinta e seis) adolescentes, e ficou constatado que sua maioria possuía 14 (quatorze) anos, em seguida aparecem os adolescentes de 16 (dezesesseis) e 15 (quinze) anos de idade.

O próximo tipo analisado foi o do desacato, e os dados obtidos foram os seguintes, sua maioria foi cometida por adolescentes de 16 (dezesesseis) anos de idade, eles representaram 9 (nove) apreensões, somadas com mais 8 (oito) dos adolescentes de 17 (dezesete) anos, e ainda outros 5 (cinco) de 15 (quinze) anos e 4 (quatro) de 14 (quatorze), conforme dados disponibilizados:

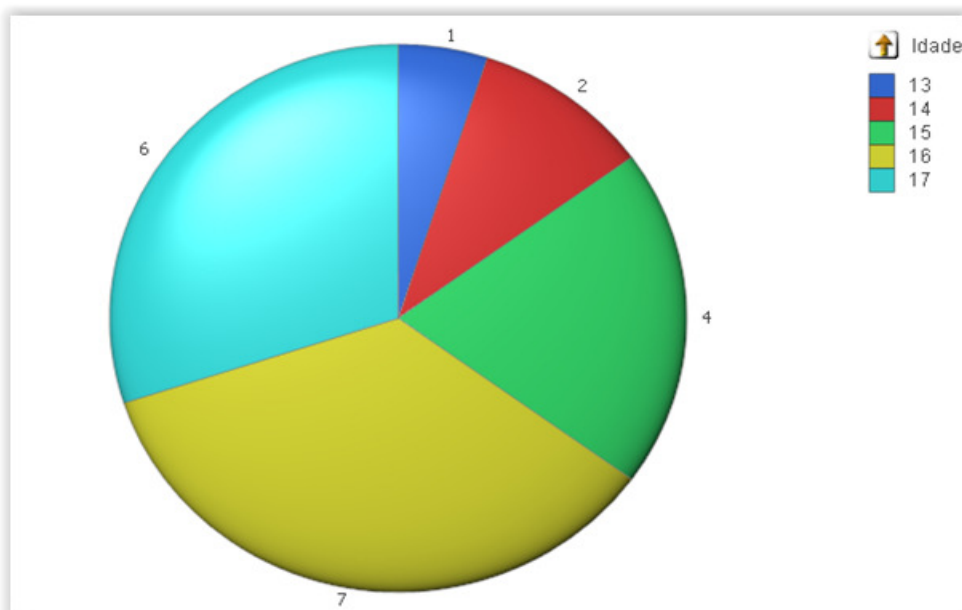
Figura 12 – Idades dos adolescentes autores de desacato



Fonte: PMSC

Do mesmo modo, analisado o furto qualificado, e neste caso foi constatado, que mais da metade são cometidos por adolescentes entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, conforme demonstra o gráfico:

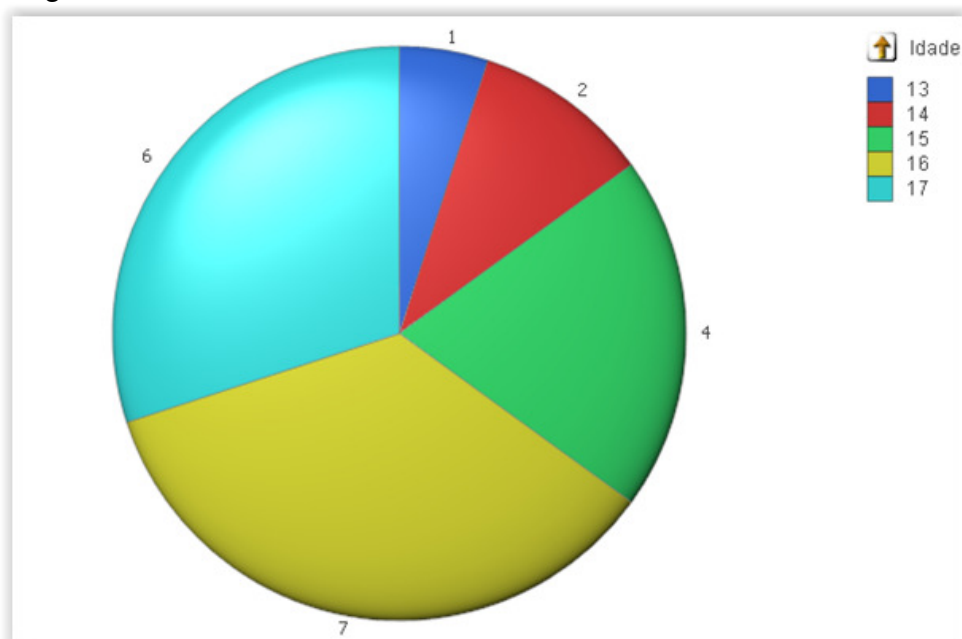
Figura 13 – Idades dos adolescentes autores de furto qualificado



Fonte: PMSC

E finalmente, os dados do ato infracional tipificado como resistência, neste foram apreendidos um total de 20 (vinte) adolescentes, sendo novamente o maior numero de responsáveis adolescentes de 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, seguidos pelos de 15 (quinze), 14 (quatorze) e 13 (treze) anos de idade, conforme o gráfico exibido adiante:

Figura 14 – Idades dos adolescentes autores de resistência



Fonte: PMSC

Após expor os resultados da pesquisa efetuada junto à Polícia Militar catarinense, será estudado ainda o procedimento adotado durante ocorrência policial envolvendo criança ou adolescente, bem como uma breve análise do resultado de uma possível redução da maioridade penal para os adolescentes criciumenses.

4.3 POLÍCIA MILITAR E O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS ADOLESCENTES

A atividade policial, quando no atendimento de ocorrência, exige algumas atitudes que devem ser tomadas de forma proporcional, o que significa que mesmo em ocorrências envolvendo crianças ou adolescentes, o policial deverá adotar medidas de contra cautela, conforme explica Rover (2005, p. 353):

Neste sentido, e como exemplo, podemos expor ao policial uma situação em que a criança ou adolescente infrator está oferecendo perigo à vida de alguém, e o mesmo PM deva intervir com mais rigor, utilizando arma de fogo. Dessa forma, mesmo as crianças sendo especiais em todos os sentidos, serão abordadas com se adultos fossem, mas de forma a se evitar ao máximo o uso da força letal.

Como já demonstrado anteriormente, com a elaboração da POP 304.33, ficou constituído o modo como os milicianos devem agir em ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, definindo os momentos críticos, bem como os erros a serem evitados. O primeiro passo que o policial deve seguir é “[...] tomar conhecimento dos fatos de modo a confirmar a autoria do ato infracional, em seguida deverá identificar autores, envolvidos e vítimas.” (PMSC, 2015). Verificada as condições anteriores, o próximo passo será a verificação da tipicidade do fato. Caso o ofendido seja adulto e o autor do ato adolescente devem ser adotados os seguintes passos:

Se o fato é típico e o ofendido é adulto e o autor é adolescente (12 anos a 17 anos, 11 meses e 29 dias):

- i. Apreender o adolescente;
- ii. Conduzir o adolescente para a Delegacia, preferencialmente Especializada, onde houver;
- iii. Entregar o adolescente na DP mediante recibo;
- iv. Lavrar o BO-PA (PMSC, 2015)

Outra situação que vislumbra a possibilidade de o militar entrar em ação, é quando da existência de ocorrência policial onde o ofendido é uma criança ou adolescente, e o autor é adolescente, neste caso a POP 304.33 prevê os seguintes passos a serem obedecidos:

Se o fato é típico e o ofendido é criança/adolescente e o autor é adolescente:

- i. Apreender o autor adolescente;
- ii. Acionar o Conselho Tutelar para comparecer ao local;
- iii. Entregar a vítima criança/adolescente ao Conselheiro Tutelar mediante recibo;
- iv. Conduzir o autor adolescente para a Delegacia, preferencialmente Especializada, onde houver;
- v. Entregar o autor adolescente na DP mediante recibo;
- vi. Lavrar o BO-PA (PMSC, 2015)

O que se pode observar é que sempre o autor adolescente deverá ser encaminhado para uma delegacia, preferencialmente especializada, onde o/a adolescente deverá ser entregue para o delegado de polícia civil, mediante a lavratura de um boletim de ocorrência na modalidade apreensão (BO-PA), e sempre mediante recibo. A POP ainda orienta para os casos onde o conselho tutelar não puder comparecer ao local da ocorrência:

Se o Conselho Tutelar não comparecer ao local da ocorrência:

- a. Orientar o Conselho Tutelar que ligue ao 190 e solicite que a própria guarnição transporte a criança/adolescente até os seus responsáveis ou, se não for possível, a própria delegacia;
- b. Arrolar testemunhas da necessidade desse transporte, e se possível, se fazer acompanhar das testemunhas;
- c. Se o Conselho Tutelar não for localizado, comunicar ao Oficial Comandante do Policiamento e transportar a criança à delegacia, preferencialmente especializada;
- d. Consignar as 03 (três) condições anteriores no boletim de ocorrência correspondente. (PMSC, 2015)

E volta a atenção do policial para os erros a serem evitados ao enfrentar uma situação envolvendo os adolescentes autores de ato infracional:

1. Tratar criança ou adolescente como se fosse adulto;
2. Identificação equivocada da vítima ou do autor do fato;
3. Omissão de socorro, caso esteja com lesões;
4. Deixar de acionar o Conselho Tutelar;
5. Conduzir criança para DP sem contatar o Conselho Tutelar ou o Oficial Comandante do Policiamento;
6. Conduzir criança ou adolescente em viatura policial, sem necessidade ou justificativa;

7. Retardar a entrega do adolescente apreendido na DP especializada, onde houver;
8. Fazer a criança/adolescente vítima repetir o relato do fato ocorrido ou simular, demonstrando o que ocorreu, quando o fato for constrangedor para a criança/adolescente.

Ao analisar estes procedimentos, chama a atenção à preocupação e o zelo adotado pela Polícia Militar para preservar todos os direitos inerentes à pessoa humana, e a condição de pessoa em formação que a criança e o adolescente ocupam na sociedade, entretanto a instituição poderia investir em uma carga horária maior de ensino dos novos policiais, de modo a facilitar o processo de aprendizagem buscando sempre preservar a teoria da proteção integral, e os direitos humanos.

4.4 OS REFLEXOS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC

Recentemente tomou fôlego no Brasil à antiga discussão em torno da redução da maioridade penal, algo que já está sendo buscado há algum tempo para sanar de modo errôneo, o problema da prática de atos infracionais por adolescentes, qual seja o modelo carcerário adotado para os maiores de 18 anos atualmente.

Neste sentido são os ensinamentos de Oliveira e Funes (2009, p.2):

A redução da maioridade penal é um tema polêmico que vem tomando força no bojo da sociedade civil haja vista que, os jovens e adolescentes vem sendo utilizados pelo crime organizado, isso levou o poder legislativo a reavivar uma proposta já existente a 22 anos que objetivava alterar a maioridade penal a PEC 171/93 - Proposta de Emenda Constitucional.

E não pensa diferente Silva (2015, p. 35), ao lembrar que há algum tempo já se discute uma reforma na definição da maioridade penal:

Desde os anos de 1990, a redução da maioridade penal vem sendo discutida pelo Congresso Brasileiro, em diferentes Propostas de Emenda à Constituição Federal (PECs). Entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou em 31 de março de 2015 a admissibilidade da PEC 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos.

A PEC 171/93, que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 31 de março de 2015, emerge da composição conservadora de boa parte da bancada federal, que com fins eleitoreiros procura

atender a demanda criada pela mídia, nos diversos casos criminais atribuídos à adolescentes autores de atos infracionais.

Muito dessa aprovação decorre da influência da mídia sobre boa parcela dos governantes e sobre a própria sociedade, que cobra das autoridades uma solução imediatista, como explicam Kessler e Kessler (2011, p.7):

Devido a essa influência da mídia, é que o enfoque dado pelos meios acaba por destacar um fato ocorrido com uma insistência tal que a sociedade sinta a necessidade da criação ou modificação de uma lei. Porém, o que não se percebe é que essa necessidade é resultado de alterações na apresentação da realidade, do excessivo destaque à notícia que vende e satisfaz os interesses de grupos políticos e conglomerados econômicos que sustentam a mídia atual.

E continuam lembrando que a mídia impõe que o principal problema social no Brasil é a violência, para a partir disso emergir a falsa necessidade da criação de novas leis ainda mais severas e restritivas, para saciar a sociedade:

Com o devido destaque, a violência passa a ser o principal problema social visado. E a solução apresentada como a mais eficaz é a criação de novas leis. Um remédio muito simples para um problema tão complexo. A panacéia para todos os nossos problemas. Dessa forma, a fim de satisfazer essa “necessidade” da população, os políticos visam, com a criação de novos projetos, atender aos “anseios” populares. (KESSLER; KESSLER, 2011, p.7)

A PEC 171/93 é mais uma dessas leis que se pretende aprovar para saciar os setores conservadores brasileiros. Seu texto traz escrito que os adolescentes a partir dos 16 (dezesesseis) anos poderão ser penalizados pela prática dos “crimes considerados hediondos”, estes são um rol taxativo de crimes previstos na Lei nº 8072/90 (BRASIL, 2015d):

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII);

I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;

II - latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º);
 IV - extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1º, 2º e 3º);
 V - estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º);
 VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);
 VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º).
 VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, *caput* e § 1º, § 1º-A e § 1º-B);
 VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º).

Os dados examinados nessa pesquisa, no item 4.2, são capazes de indicar que no município de Criciúma, no ano de 2014, caso houvesse entrado em vigor a Lei que permite a redução da maioridade penal de dezoito para os dezesseis anos de idade nos crimes acima nominados, que nenhum adolescente figuraria como possível autor do crime nas ocorrências da Polícia Militar, ou seja, que nenhum seria encaminhado ao sistema prisional. E lembrando que no ano de 2014 foram registrados 481 (quatrocentos e oitenta e um) atos infracionais pela Polícia Militar de Criciúma, um número significativo, porém relativo apenas a crimes não considerados hediondos.

Para tentar amenizar estes números, existem alternativas de ações preventivas e educativas sendo estudadas para a resolução dos conflitos por meio de metodologias alternativas, a exemplo disso Lima e Veronese (2015, p.164,165) explicam sobre a aplicação da justiça restaurativa para os casos de atos infracionais:

A Justiça Restaurativa proporciona às pessoas envolvidas no conflito que tomem as decisões, focalizando a atenção nas relações interpessoais que se estabelecem, possibilitando a reparação e a reintegração dos atores envolvidos. A Justiça Restaurativa visa trabalhar com outros valores, como a emancipação e autonomia do sujeito, sendo atualmente considerada como um importante movimento social de reforma política criminal, que demanda uma mudança cultural.

Após analisar os dados apresentados, pode-se dizer que a alteração da legislação visando uma possível redução da maioridade penal, a priori, traria pouca ou nenhuma alteração nos índices prisionais do município, assim o que tanto é pregado pela mídia como a solução dos problemas de violência cairia por terra.

Cabe ainda ressaltar que esses números são apenas dados da Polícia Militar registrados no atendimento de ocorrências dentro do município, e que após a

devida apuração através de investigações instauradas e comandadas pela polícia civil através do devido inquérito, esses números podem sofrer alterações.

5 CONCLUSÃO

A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente serão sempre motivos de discussão para a sociedade brasileira, com a criação da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, as crianças e adolescentes passaram a receber maior atenção do poder público, após décadas de invisibilidade e opressão.

Dentro desse contexto pode-se vislumbrar a possibilidade da criação e adaptação de modelos já existentes de políticas públicas de prevenção, olhando para a sua aplicabilidade, é possível perceber que podem ser aperfeiçoadas de modo a retornarem com resultados ainda mais favoráveis, e com a satisfação da sociedade diante de sua aplicação cirúrgica e efetiva.

Para que algumas dessas políticas tornem se possíveis à Polícia Militar, enquanto órgão fiscalizador e garantidor de direitos e garantias fundamentais vislumbrados pela Carta Magna vem tentando adaptar-se, criando modelos próprios e atuais, apresentando métodos para a satisfação plena das e garantias e direitos fundamentais.

Na contra mão de tudo isso tem-se uma mídia sensacionalista criando um “cenário terrorista” para os casos de práticas de atos infracionais, como se os adolescentes fossem os únicos causadores da violência, insinuando que a solução seria a famigerada redução da maioridade penal e a aplicação do rigor do Código Penal brasileiro também a esses adolescentes. A pesquisa realizada indica o quanto essa é uma falsa solução para um falso problema, tendo em vista os dados do município sobre a prática dos atos infracionais, pelo menos para a população cricumense, não apresentam índices significativos de atos infracionais violentos, e nem mesmo de grande proporção em relação a praticada por adultos.

Em fim o objetivo dessa monografia foi cumprido, e os resultados apontam para a necessidade da implementação e manutenção das políticas públicas de prevenção como método mais eficaz para a prevenção e ressocialização do adolescente antes que venha a cometer, e depois de cometido o ato infracional.

Foi observado no primeiro capítulo que existe a necessidade de uma ampla contribuição da sociedade, da escola, da família e do poder público para que a teoria da proteção integral tenha o devido efeito, sendo fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, e para evitar que se coloque em

situações de risco, que devem ser prevenidos para que tenham uma vida saudável e segura.

Os estudos demonstraram que a Polícia Militar tem seu dever constitucional pautado pela preservação da ordem pública e promoção do direito fundamental à segurança. Em relação à atuação policial militar em casos de ocorrência envolvendo crianças e adolescentes, pode-se dizer que o braço do Estado tem tentado aperfeiçoar-se para realizar o melhor atendimento possível a sociedade catarinense, observou-se que a solução adotada com a elaboração dos procedimentos operacionais padrão foi satisfatória e precisa sempre ser aplicada na prática para ser eficaz.

Todavia, seria de grande importância a disponibilidade de maior carga horária para a aplicação de mais conteúdo teórico e prático durante a formação do policial militar, para assegurar que ele esteja de fato um pouco mais preparado para lidar com as situações fáticas encontradas nas ruas, podendo assim aplicar com exatidão e segurança próprios os princípios constitucionais garantidos às crianças e adolescentes, dentro do que determina a teoria da proteção integral.

Deste modo, nos limites desta monografia, apresentou-se os resultados das ocorrências envolvendo adolescentes autores de atos infracionais no município de Criciúma, frente a aprovação de futuras leis que possam alterar a maioria penal no Brasil, e a convicção de que hoje elas não mudariam muito o cenário da população criciunense. Conclui-se, portanto, que a família, o Estado e a sociedade devem buscar a implementação das políticas públicas previstas em lei para permitir o desenvolvimento e proteção dos adolescentes e também outros modelos de solução de conflitos para a redução das estatísticas infracionais.

Por fim, tem se a convicção de se ter alcançado o objetivo principal da pesquisa, onde identificou-se algumas falhas no processo de formação do policial militar, bem como os resultados da prática de atos infracionais no município em questão.

É possível e desejável realizar em futuras pesquisas a coleta e o cruzamento de dados dos boletins lavrados pela Polícia Militar, com os dados da polícia civil, para identificar quantos adolescentes são encaminhados aos centros de atendimento sócio educativo provisório, bem como os números a nível estadual.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *In: São Paulo em Perspectiva*. vol.13 no.4 São Paulo Out. 1999.

AQUINO, Leonardo Gomes de. Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas socioeducativas. *In: Revista Âmbito Jurídico*. Rio Grande, XV, n. 99, 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11414> Acesso em: 20 ago. 2015.

BANDEIRA, Marcos. **Atos Infracionais e Medidas Socioeducativas**: uma leitura dogmática, crítica e constitucional. Ilhéus: Editus, 2006.

BARROSO FILHO, José. Do ato infracional. *In: Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 6, n. 52, 1 nov. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2470>>. Acesso em: 10 out. 2014

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v.1. Brasília: UNB, 1997.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 15 jun. 2015a.

_____. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em: 15 jun. 2015b.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm> Acesso em: 15 ago. 2015c.

_____. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. **Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm> Acesso em: 15 ago. 2015d.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Normas e princípios das nações unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal**. Secretaria Nacional de Justiça. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf> Acesso em 02 nov. 2015.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; PRADO, Geraldo. **A Polícia diante da infância e da juventude: infração e vitimização**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Freitas Bastos, 1999.

COSTA, Maria Conceição O.; BIGRAS, Marc. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. *In: Revista Ciência & Saúde Coletiva*. v. 12, n. 5, p. 1101-1109, 2007.

DALBOSCO, Jari Luiz *et al.* **Curso nacional de promotor de polícia comunitária**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildéara de Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente: anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná, 2013. 540 p. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2015.

DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança: Entre Pombos e Falcões**. São Paulo: LumenJuris, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GAUER, Gabriel José Chittó; CATALDO NETO, Alfredo; LAZZARON, Leandra Regina. Juventude, contemporaneidade e comportamento agressivo. *In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Org.). Criminologia e Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos II*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.

GUIMARÃES, Silvia Pereira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Norma social violenta: um estudo da representação social da violência em adolescentes. *In: Psicologia Reflexão e Crítica*. vol. 20 no.2 Porto Alegre, 2007.

KESSLER, Cláudia Samuel; KESSLER, Márcia Samuel. **A diminuição da maioridade penal e a influência midiática na aprovação de leis**. 2011. Disponível em:

<<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/12949/12513>>. Acesso em: 28 out. 2015.

LEAL, Jackson da Silva. Juventude e criminalização: do discurso protetivo à prática de controle punitivo. In: SOUZA, Ismael Francisco de; MORO, Rosangela Del (Coord.). **Direito da criança e do Adolescente**. Curitiba: Íthala, 2014.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/fqlMe1>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. O ato infracional e as medidas socioeducativas: há espaço para uma Justiça Restaurativa nas Varas da Infância e Adolescência no Brasil? In: CORTINA, Mônica Ovinski de Camargo; CIMOLIN, Valter (orgs). **Criminologia crítica**. Coleção Pensar Direito. v.2. Curitiba: Multideia, 2015.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. A Segurança Pública na Constituição. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: Senado Federal, nº 109. 2000.

OLIVEIRA, José Ferreira de. **A manutenção da ordem pública em Portugal**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interno, 2000.

OLIVEIRA, Juliana Nair de; FUNES, Gilmara Pesquero Fernandes Mohr. **Inconstitucionalidade da redução da maioridade penal**. 2009.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. In: **Revista Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.24, n.2, p.151-159. 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 9, n. 1, maio 1997. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado Da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina (PMS). **Manual de Padronização de Procedimentos Operacionais da Polícia Militar de Santa Catarina**. 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/214805931/Pops#scribd>> Acesso em 20 out. 2015.

RAMIDOFF, Mário Luiz. . **Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MONTANDON, Ana Maria Alemão. Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? Uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira¹. *In: Segurança Pública*. v. 9, n. 1, p. 62-81, 2015.

RIQUE, Célia; LIMA, Marcos Costa. **As novas relações entre a polícia e a sociedade: uma perspectiva emancipatória**. Recife: Edições Bagaço, 2003.

ROCHA, Alexandre Pereira da. Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã. *In: Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v, v. 7, n. 1, p. 84-100, 2013.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. São Paulo: Zahar, 2006.

ROSA, Alexandre de Moraes da. **Introdução Crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007.

ROVER, Cees de. **Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para as Forças Polícias e de Segurança**. Comitê internacional da Cruz Vermelha. Genebra, 2005.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da criança e do adolescente: comentado, Lei 8.069/1990, artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Instituto de Criminologia e Política Criminal. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/adolescente_infrator.pdf> Acesso em: 20 mai. 2014.

SARAIVA, João Batista da Costa. **Adolescente e ato infracional**: garantias processuais e medidas sócioeducativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SCHELB, Guilherme Zanina. **Segredos da violência**: estratégias para a solução e prevenção de conflitos com crianças e adolescentes. Brasília: Thesaurus, 2008.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números**. 2013. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2013. 150p. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Estadual.pdf>> Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, Rogério Araújo da. **O Adolescente e o Ato Infracional: algumas reflexões**. Fragmentos de Cultura, v. 25, n. 1, p. 35-45, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídios e juventude no Brasil**: Mapa da Violência 2013. Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf> Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Mapa da violência 2014**: Os jovens do Brasil. Brasília. 2014. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf> Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Mapa da violência 2015**: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf> Acesso em: 10 ago. 2015.